

INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE
CAMPUS PELOTAS VISCONDE DA GRAÇA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO

CARLA LOURENÇO BELEM

**PLANEJAMENTO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO (PEI) E DESIGN
EDUCACIONAL: ESTRATÉGIAS PARA A INCLUSÃO ESCOLAR**

**Pelotas
2024**

CARLA LOURENÇO BELEM

**PLANEJAMENTO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO (PEI) E DESIGN
EDUCACIONAL: ESTRATÉGIAS PARA A INCLUSÃO ESCOLAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias na Educação do *Campus* Pelotas Visconde da Graça do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciências e Tecnologias na Educação, área de concentração: Ensino de Física.

Dissertação defendida e aprovada em: 12 de novembro de 2024

Membros da Banca:

Prof. Dr. Raymundo Ferreira Filho – Orientador - CaVG/IFSul

Prof. Dr. Dalmir Pacheco de Souza – IFAM

Prof. Dra. Andrea Poletto Sonza - IFRS

Prof. Dr. Luis Otoni Meireles Ribeiro – IFSUL

Prof. Dra. Angelita Hentges – CaVG/IFSUL

**Pelotas
2024**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B428p Belem, Carla Lourenço

Planejamento Educacional Individualizado (PEI) e design educacional [recurso eletrônico] : estratégias para a inclusão escolar / Carla Lourenço Belém ; Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho, orientador. – Pelotas, 2024. 106 f.; il.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias na Educação, Campus Pelotas Visconde da Graça, Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2024.

1. Atendimento Educacional Especializado. 2. Inclusão e educação especial. 3. Ensino e aprendizagem. 4. Adaptações e adequações. I. Ferreira Filho, Raymundo Carlos Machado, orient. II. Título.

CDD: 371.9

AGRADECIMENTOS

Nas dificuldades e obstáculos da vida, descobrimos a força inexplicável do seu interior. E que maravilha quando descobrimos!

Assim me sinto, realizada, com uma sensação esperançosa de estar ajudando as pessoas que tanto acreditam e lutam pelo mundo da inclusão.

No momento da conclusão deste trabalho, tenho muito a agradecer:

Ao meu querido professor e orientador, Raymundo Ferreira Filho, por ter auxiliado e colaborado para a concretização deste trabalho.

Aos meus amores, pai, mãe e toda a minha família, que apesar das dificuldades enfrentadas por nós, foram minha fonte de inspiração e, sobretudo, resiliência.

Ao meu amor, Paulo, por sempre me apoiar a continuar e nunca desistir dos meus objetivos.

Aos amigos do coração, Eliana Bizarro, Jonata Ribeiro e Lucimar Fernandes, que sempre me incentivaram nesta caminhada e pela disposição em auxiliarem sempre.

À amiga, Cátia Ramson, pelas longas conversas e incentivo diário.

Minha professora inspiradora, Rosane Bom.

Aos meus queridos professores, pelos ensinamentos.

Às queridas professoras do AEE, que foram fundamentais para a minha pesquisa, obrigada pelo carinho e disponibilidade.

Encerro aqui meus agradecimentos e fico com a certeza de que o mestrado foi muito significativo na minha vida, com ele aprendi muito e cresci enquanto pessoa e profissional. Não posso deixar de registrar a imensa alegria que eu sentia em frequentar as aulas, realizar os trabalhos com satisfação e me dedicar nos momentos de trocas de experiência e vivências.

RESUMO

Pensar a inclusão escolar é uma discussão que gera muitas inseguranças e diferentes olhares frente às dificuldades encontradas ao longo do processo de ensino e aprendizagem de alunos que apresentam alguma deficiência em diversos níveis e complexidade. Esse tema está constituído no contexto escolar e amparado pelos documentos legais, os quais trazem como principais aspectos da inclusão alguns fatores que envolvem desde o setor administrativo até o setor pedagógico, assegurando condições necessárias para a continuidade da aprendizagem. A política de inclusão não consiste somente em promover a socialização desses alunos oportunizando espaços de convivência, mas desenvolver as suas habilidades, valorizando suas potencialidades, respeitando suas diferenças e propiciando situações de aprendizagem. A diversidade nas unidades escolares de ensino regular possui o papel fundamental de envolver os alunos, funcionários, corpo docente, gestores e familiares para que todos possam participar das estratégias, recursos e as possíveis formas de aprendizagem. Nessa perspectiva, considerando a relevância de uma postura reflexiva acerca da inclusão, este trabalho tem como objetivo central auxiliar os professores de AEE sobre como desenvolver o Planejamento Educacional Individualizado (PEI) e os principais aspectos que irão nortear o trabalho inclusivo. Com relação ao produto educacional deste estudo, vislumbrou-se desenvolver um documento para a elaboração do PEI que trará passos significativos para identificar quais dificuldades os alunos apresentam, quais os estilos de aprendizagem evidenciam, sugestões de recursos pedagógicos flexibilizados e/ou adaptados, estabelecer metas, elaboração do cronograma pedagógico específico e avaliação. Para o melhor entendimento sobre as questões expostas, julgou-se necessária a realização de entrevistas semiestruturada e estruturada com uma abordagem qualitativa e quantitativa, realizada de forma online direcionada para os professores de AEE envolvidos diretamente com os alunos com deficiência.

Palavras-chave: inclusão e educação especial; ensino e aprendizagem; adaptações e adequações; planejamento educacional individualizado.

ABSTRACT

Thinking about school inclusion is a discussion that generates many uncertainties and different perspectives regarding the challenges encountered throughout the teaching and learning process of students with disabilities, such as hearing impairment, visual impairment, cognitive disability, and physical disability, at various levels and complexities. This topic is embedded in the school context and supported by legal documents, which highlight the main aspects of inclusion, encompassing factors ranging from the administrative sector to the pedagogical sector, ensuring the necessary conditions for the continuity of learning. The policy of inclusion is not only about promoting the socialization of these students by providing spaces for interaction but also about developing their skills, valuing their potential, respecting their differences, and creating learning opportunities. Diversity in regular education units is fundamental in involving students, staff, faculty, administrators, and families so everyone can participate in strategies, resources, and possible learning methods. From this perspective, considering the importance of a reflective approach to inclusion, this work aims to assist first-year elementary school teachers in developing Individualized Educational Plans (IEPs) and to highlight the key aspects that will guide inclusive work. Regarding the educational product that will emerge from this study, the aim is to develop a document for the preparation of the IEP, which will provide significant steps to identify the difficulties students face, the learning styles they demonstrate, suggestions for flexible and/or adapted pedagogical resources, goal-setting, the creation of a specific pedagogical schedule, and assessment. To better understand the issues raised, it was deemed necessary to conduct targeted interviews with Special Education teachers who are directly involved with students with disabilities.

Keywords: inclusion and special education; teaching and learning; adaptations and accommodations; individualized educational planning.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Fluxograma das cinco fases do Método ADDIE	49
Figura 2: Fases do processo de design instrucional, segundo o método ADDIE	51
Figura 3: Apresentação do Planejamento Educacional Individualizado	63
Figura 4: Conversa informal sobre o assunto pertinente	63
Figura 5: Entrega de um mimo em agradecimento à participação das colegas	63
Figura 6: Matriz SWO	72

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Quanto tempo tens de experiência?	58
Gráfico 2: Achas que a escola está dando conta do processo de inclusão?.....	58
Gráfico 3: Sua escola possui um modelo de PEI elaborado a partir da sua realidade?	58
Gráfico 4: Os professores da sala de aula regular entendem e conhecem o trabalho do AEE?	59
Gráfico 5: Consegues enxergar os impactos do AEE em sala de aula?	59
Gráfico 6: Achas que os modelos de PEI são essenciais para o desenvolvimento do ensino e aprendizagem dos alunos de inclusão?.....	59
Gráfico 7: O PEI na sua escola é elaborado com a participação efetiva da escola e família?.....	60
Gráfico 8: Achas que as etapas de análise dos dados do aluno, desenvolvimento e avaliação estão bem definidas no documento do PEI?.....	60
Gráfico 9: Acreditas que o PEI seja o documento fundamental no processo de ensino e aprendizagem dos alunos de inclusão?	60
Gráfico 10: Achas que se o PEI for organizado visualmente deixando em evidência as etapas de análise, desenvolvimento e avaliação ficaria mais fácil o seu entendimento e implementação?	61

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADDIE	Análise, Design, Desenvolvimento, Implementação e Avaliação
AEE	Atendimento educacional especializado
ANPEd	Associação de Pós-Graduação em Educação
Capes	Coordenação de Pessoal de Nível Superior
DI	Design Instrucional
DSM-5	<i>Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders</i> , 5ª ed.
DUA	Desenho Universal para a Aprendizagem
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PEI	Planejamento educacional individualizado
PNEE-EI	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva
SciELO	Eletronic Library Online

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
1.1	Problema de pesquisa	11
1.2	Objetivo geral.....	11
1.3	Objetivos específicos	11
1.4	Justificativa e motivação	12
1.5	Apresentando a pesquisadora	13
2	REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA.....	17
3	O PERCURSO HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR: PERSPECTIVAS INCLUSIVAS NO CONTEXTO escolar	22
3.1	História do surgimento do processo de inclusão.....	23
3.2	A pessoa com deficiência e as políticas públicas	24
4	IMPORTÂNCIA DA RELAÇÃO FAMÍLIA/ESCOLA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM.....	28
4.1	O impacto do diagnóstico na família	29
4.2	A relação família e escola e o desempenho escolar dos alunos com deficiência	
	30	
5	SOBRE O COTIDIANO DA INCLUSÃO ESCOLAR: AEE, DUA E PEI.....	32
5.1	Sala de recursos multifuncionais	33
5.2	Desenho Universal da Aprendizagem (DUA).....	34
5.3	Planejamento Educacional Individualizado (PEI).....	35
5.4	A importância da escola para o processo de inclusão	37
5.5	A acessibilidade curricular: uma mudança de perspectiva e utilização do PEI.....	
	38	
5.6	Flexibilizações e/ou adaptações curriculares.....	39
5.7	Desafios da inclusão	45
6	O DESIGN EDUCACIONAL COMO SUPORTE PARA PLANEJAMENTO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO	47
6.1	Processo de construção do PEI e o Design Educacional	48
6.2	O método ADDIE	49
7	METODOLOGIA	53
7.1	O público-alvo da pesquisa.....	54

7.2	Coleta de dados e informações	54
8	RESULTADOS.....	57
8.1	Resultados do formulário de pesquisa.....	57
8.2	Relato dos encontros	61
9	PROPOSTA DE PRODUTO EDUCACIONAL	70
10	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
10.1	Riscos	72
10.2	Benefícios	72
	REFERÊNCIAS.....	74
	APÊNDICE A – PRIMEIRA PARTE DO DOCUMENTO SOBRE A ANÁLISE GERAL DO ALUNO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO	79
	APÊNDICE B – SEGUNDA PARTE DO DOCUMENTO SOBRE A ANÁLISE GERAL DO ALUNO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO (ESTA PARTE DEVERÁ SER ENTREGUE À EQUIPE DE TRABALHO DO ALUNO E PARA A FAMÍLIA).....	105

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho traz como tema a utilização do método Análise, Design, Desenvolvimento, Implementação e Avaliação (ADDIE), para o planejamento educacional individualizado no contexto da inclusão escolar, com a análise das práticas pedagógicas inclusivas nas salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE), bem como da elaboração dos planejamentos educacionais específicos a cada aluno com deficiência.

Historicamente, a educação especial é marcada por três períodos: segregação, integração e inclusão. No período da segregação, os alunos eram impedidos de frequentar as escolas regulares, pois acreditava-se que o objetivo principal era somente de cunho assistencial e não educacional. Posteriormente, o período da integração era voltado somente para a disponibilidade dos espaços escolares e livre acesso dos alunos de inclusão, sem ter a devida preocupação sobre as possibilidades de aprendizagem. Já no período da inclusão, as questões relacionadas à socialização e aprendizagem se tornaram o centro do processo em uma perspectiva humanista baseada na promoção de oportunidades. Sendo assim, a escola inclusiva trouxe novas possibilidades, não somente de acesso às dependências da escola, mas também a participação efetiva e aprendizagem dos alunos com deficiência. Desse modo, torna-se necessário que a equipe escolar possa rever os parâmetros curriculares para que outros aspectos sejam repensados, como avaliação, planejamento, ensino e aprendizagem, que de fato serão necessários e fundamentais nesse processo.

Ao refletir sobre a escolarização dos alunos com necessidades educacionais específicas bem como: deficiência física, visual, auditiva, cognitiva, transtorno do espectro autista, altas habilidades, superdotação e transtornos funcionais: dislexia, disgrafia, disortografia, discalculia e TDAH. Cabe ressaltar sobre a importância de romper com os conceitos acerca das terapias individualizadas, as quais são relevantes e necessárias, porém, as propostas e políticas de educação inclusiva aproximam os profissionais e familiares para que juntos possam refletir e contribuir efetivamente no espaço escolar e familiar.

Nesse contexto, esta pesquisa busca pensar a inclusão no contexto escolar, amparada em documentos legais e referenciais teóricos para discussão. Vislumbra-se desenvolver um documento que irá orientar o planejamento educacional

individualizado, seguindo o processo sistemático do Design Educacional e utilizando o método ADDIE. Essa metodologia é importante para a elaboração de recursos educacionais que irão passar pelos processos de análise, planejamento, desenvolvimento e avaliação, que trarão informações significativas para identificar quais dificuldades os alunos apresentam, quais os estilos de aprendizagem evidenciam, quais recursos pedagógicos acessíveis serão utilizados, estabelecer metas, bem como elaboração do cronograma pedagógico específico e avaliação.

1.1 Problema de pesquisa

O problema de pesquisa a ser investigado busca auxiliar e direcionar as estratégias pedagógicas pensadas e planejadas para os alunos de inclusão e, nesse sentido, objetiva-se disponibilizar um documento de apoio para os profissionais envolvidos nesse processo. Parte-se do pressuposto de que o Design Educacional, a partir da utilização do método ADDIE, poderá ser uma ferramenta de apoio para o planejamento e desenvolvimento do Planejamento Educacional Individualizado.

A partir dessa suposição, a questão de pesquisa é: Qual contribuição o método ADDIE do Design Educacional traz no processo de construção do Planejamento Educacional Individualizado?

1.2 Objetivo geral

O objetivo geral da pesquisa é desenvolver um documento que sirva de apoio para a construção do Planejamento Educacional Individualizado (PEI), implementando o método ADDIE do Design Educacional.

1.3 Objetivos específicos

- Identificar os obstáculos encontrados pelos professores na elaboração do PEI;
- Entender quais são as estratégias utilizadas para a elaboração e implementação do PEI;
- Realizar um estudo sobre o uso do Design Educacional para a elaboração do PEI;

- Conhecer os sujeitos que participam da elaboração e implementação do PEI e de que forma;
- Consolidar as informações da pesquisa em um documento norteador para a elaboração do PEI.

1.4 Justificativa e motivação

Essa temática se justifica pelo fato de que a inclusão, tanto no Brasil quanto em outros países, busca adequar a política da inclusão educacional voltada para a preparação da escola frente aos desafios de oferecer uma educação inclusiva e de qualidade a todos os seus educandos, considerando que cada um possui características próprias e únicas, constituindo, assim, uma diversidade de interesses e ritmos de aprendizagem. Esse olhar acerca da escola inclusiva implica na busca de recursos e alternativas capazes de garantir o acesso e a permanência dos alunos em todos os espaços destinados a todos e para todos.

Segundo Cunha (2012), se considerarmos que educar para a diversidade é inserir distintas ideias, características e modos de ser em nosso trabalho, percebendo o biológico e o social, o afetivo e o racional de todos nós, estaremos ampliando o nosso olhar, facultando uma práxis pedagógica inclusiva. Entretanto, a complexidade do processo de inclusão ocorre pelos inúmeros desafios encontrados nas instituições escolares, seja pela falta de estrutura física para que as devidas adequações possam ocorrer ou mesmo pela ausência de formação continuada no que se refere ao tema em questão.

A diversidade é benéfica para todos os envolvidos, pois os alunos que serão incluídos terão a oportunidade de ter acesso à educação e os demais alunos poderão conviver e aprender com as diferenças, desenvolvendo habilidades sociais e emocionais, como respeito, empatia e senso de colaboração.

Tomando como base o exposto, esta pesquisa busca auxiliar e direcionar os professores de AEE no processo de construção curricular, destacando a importância da elaboração do PEI para os alunos com necessidades educacionais específicas. O interesse pelo projeto de investigação do PEI surgiu durante minha experiência profissional como psicopedagoga clínica, a partir da qual foi possível perceber os obstáculos enfrentados pelos profissionais do Atendimento Educacional Especializado quanto à elaboração desse documento e à sua importante contribuição

para que as devidas flexibilizações e/ou adaptações curriculares atendessem essas demandas.

Em muitas escolas, ainda o aluno com necessidades especiais é recebido em sala, ficando isolado dos demais, porque falta aos profissionais de educação o legítimo entendimento do processo inclusivo, a capacitação para exercer esse papel e, à escola, falta-lhe recursos pedagógicos para propiciar as condições para a aprendizagem e a inclusão (Cunha, 2012, p. 36).

É notório o que diz Cunha (2012) ao se referir ao legítimo entendimento do processo inclusivo, pois a grande maioria dos docentes em sala de aula estão, de certa forma, acostumados a seguir seu fazer pedagógico, a partir das suas concepções e formas de implementação, avaliação e didática que atende a maioria dos alunos que não apresentam dificuldades e acabam deixando de lado a minoria dos alunos que apresentam dificuldades específicas em determinadas áreas. Por essa razão, este documento de apoio será fundamental para que o professor possa elaborar suas aulas pensando estratégias de ensino que irão auxiliar esses alunos.

O PEI compõe-se de uma estratégia que irá favorecer o atendimento educacional individualizado, sendo sua elaboração e implementação feitas após os instrumentos de avaliações que buscam compreender como o aluno com necessidades educacionais específicas aprende, respeitando seu estilo de aprendizagem. Esse documento visa auxiliar os docentes na busca por estratégias pedagógicas que, de forma colaborativa, irão respeitar as especificidades de cada aluno, oportunizando avaliações sistemáticas acerca das dificuldades encontradas tanto pelos alunos quanto pelos profissionais envolvidos nesse processo.

1.5 Apresentando a pesquisadora

O “eu” alfabetizadora/pedagoga/psicopedagoga/clínica/especialista em atendimento educacional especializado e as adequações ou adaptações curriculares no contexto da inclusão escolar.

Apresento-me utilizando a primeira pessoa do singular para expor a minha trajetória profissional, que segue o percurso da docência, exercida desde 2000. Atuei como estagiária em uma sala de aula de primeira série (denominado primeiro grau à época), com 35 alunos. A escola era assistencial e as famílias eram de baixa renda,

por essa razão, muitos alunos que apresentavam dificuldades de aprendizagem não conseguiam ter auxílio fora do ambiente escolar. Quando terminei meu curso de Pedagogia, em 2003, fui contratada pela escola e recebi uma turma de segunda série, na qual atuei por dois anos e, a partir de então, assumi novamente uma turma de primeira série na qual permaneci até o ano de 2011. Entretanto, apesar de ser uma escola na qual sempre me senti acolhida, percebi, ao longo desses anos, que gostaria de fazer um curso que fosse voltado às dificuldades e transtornos de aprendizagem.

Então, em 2010, ingressei no curso de Pós-Graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional, onde aprendi a avaliar os alunos contemplando as áreas do desenvolvimento, como afetivosocial, psicomotora, comunicação/linguagem e cognitiva, levando em conta que as avaliações psicopedagógicas nas áreas mencionadas têm como objetivo principal o encaminhamento para os profissionais especializados em cada área.

Após a realização do curso já mencionado, consegui organizar um espaço psicopedagógico voltado para os transtornos de aprendizagem. Os atendimentos são feitos de forma particular, porém, reservo alguns atendimentos para ajudar os alunos que não têm condições financeiras para arcar com as despesas. Após dois anos atuando nesse espaço, com a denominação de Clínica Psicopedagógica Carla Belem, fiz outro curso de Pós-Graduação em Atendimento Educacional Especializado (AEE), em complemento aos meus outros cursos já mencionados, pois aprendi a auxiliar os alunos com outras deficiências e, principalmente, a observar as suas potencialidades para que pudessem seguir em frente sendo estimulados levando em conta suas especificidades.

Hoje em dia sigo com os meus atendimentos e avaliação psicopedagógica e exerço minhas atividades profissionais como docente nos Cursos de Pós-Graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional, junto à Faculdade Dom Bosco, na disciplina de Fundamentos da Psicopedagogia, Intervenção e Avaliação na Psicopedagogia e Estágio Supervisionado.

A escolha do tema desta pesquisa foi pensada a partir de minha experiência profissional visando auxiliar os professores tanto de escolas públicas quanto privadas sobre a importância de elaborar o planejamento bimestral ou trimestral dos alunos de inclusão, pois quando esse documento é organizado com objetivos específicos a cada aluno, o trabalho docente pode ser desenvolvido de forma a conduzir as aprendizagens de maneira significativa. Vale salientar que o trabalho de elaboração

de planejamento acerca das especificidades de cada aluno não é um trabalho simples e muito menos rápido na sua preparação, pois requer o envolvimento dos dois seguimentos, escola e família, e, principalmente, a avaliação sistemática sobre os recursos que estão sendo aplicados.

Para contextualizar claramente as inquietações acima citadas, irei explanar a minha trajetória profissional a partir dos atendimentos individualizados nos quais atuo diariamente no meu consultório psicopedagógico. Atendo crianças de quatro a dez anos de idade com deficiências, transtornos, síndromes e dificuldades cognitivas de aprendizagem. No primeiro momento, faço uma consulta inicial com os pais e/ou responsáveis da criança para saber quais as dificuldades existentes tanto na percepção dos pais quanto no contexto escolar. Entrego para os pais preencherem uma ficha de anamnese que irá conter informações muito relevantes acerca das habilidades, interesses, histórico de saúde, educação, comportamento etc.

A partir de então, os próximos encontros serão realizados somente com a criança. Levará de oito a dez sessões para a aplicação de avaliações, que serão os testes psicopedagógicos que irão definir, a partir dos resultados obtidos, qual será a forma de intervenção aplicada às especificidades de cada criança, levando em conta aspectos emocionais, comportamentais, linguagem/comunicação e estilos de aprendizagem (visual, auditiva ou cinestésica). Após a análise de cada testagem realizada, será possível perceber se a criança deverá ou não ser encaminhada para outros profissionais, que irão avaliar e intervir de forma específica. Exemplo: foi aplicada uma testagem denominada como técnicas projetivas, na qual a criança expressa seus sentimentos através de desenhos e montagem dos ambientes da sala de aula e da família. As técnicas têm o objetivo de avaliar se a criança está passando por alguma situação de conflito em ambos os contextos, e, caso seja observado que de fato a criança está triste, interagindo pouco ou outra problemática envolvida, deverá ser encaminhada para um profissional da área a psicologia, para que o mesmo faça as devidas intervenções juntamente com a criança, família e escola.

A criança somente permanecerá fazendo a intervenção psicopedagógica caso apresente dificuldades cognitivas relacionadas à atenção, raciocínio e memória. Então, com as testagens aplicadas e os resultados determinados já será possível elaborar um plano de ação terapêutico que irá contemplar a realização de atividades específicas às dificuldades apresentadas pela criança. Após isso, será indispensável a minha ida na escola para a entrega do relatório psicopedagógico e conversa com a

equipe diretiva para trocas de ideias, sendo assim será possível determinar quais atividades serão mais eficientes, quais recursos serão utilizados etc.

A partir de todos os passos salientados a partir da minha vivência diária com alunos de inclusão e os profissionais da educação é que senti a necessidade de auxiliar esses profissionais na elaboração do PEI, pois na maioria das reuniões e conversas com as equipes escolares, as angústias acabam sendo muito recorrentes em relação à avaliação e elaboração de estratégias específicas para os alunos de inclusão.

Por essa razão, para que o planejamento consiga estar bem elaborado e pensado para cada criança e suas especificidades no contexto escolar, será fundamental que o documento em questão – PEI – seja elaborado e faça parte do planejamento, desenvolvimento e avaliação dos alunos de inclusão.

2 REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

A revisão bibliográfica ou revisão de literatura se constitui num amplo levantamento das fontes teóricas (relatórios de pesquisa, livros, artigos científicos, monografias, dissertações e teses), que tem como propósito a contextualização do trabalho de pesquisa e seu embasamento teórico, possibilitando a análise de obras científicas recentes e disponíveis que tratem do assunto ou que forneçam o embasamento teórico e metodológico que irá auxiliar no desenvolvimento da pesquisa (Prodanov; Freitas, 2013). Os referidos autores afirmam que a revisão de literatura objetiva:

Reconhecer e dar crédito à criação intelectual de outros autores. É uma questão de ética acadêmica; - indicar que se qualifica como membro de determinada cultura disciplinar através da familiaridade com a produção de conhecimento prévia na área; - abrir um espaço para evidenciar que seu campo de conhecimento já está estabelecido, mas pode e deve receber novas pesquisas; - emprestar ao texto uma voz de autoridade intelectual (Prodanov; Freitas, 2013, p. 79).

Para este estudo, foi realizada a revisão sistemática da literatura, com os seguintes descritores: design instrucional e adequações curriculares; planejamento educacional individualizado e design instrucional; inclusão e design instrucional; design educacional e inclusão. Foram utilizadas fontes digitais, disponíveis na web, encontradas no Google Scholar (<https://scholar.google.com.br>) para apreciação e análise das publicações (dissertações, teses, artigos e outros trabalhos).

As bases dos dados consultados foram: Portal de Periódico da Coordenação de Pessoal de Nível Superior (Capes) do Ministério da Educação (MEC), o Banco de Teses e Dissertações da Capes, o Scientific Electronic Library Online (SciELO) e a Associação de Pós-Graduação em Educação (ANPEd), Foram selecionados nove trabalhos. Na sequência do capítulo serão apresentadas as principais ideias dos trabalhos escolhidos.

O trabalho de Duarte (2020) traz o relato sobre a importância da adaptação curricular para a promoção da inclusão escolar e a sua responsabilidade acerca da estimulação e desenvolvimento educativo das heterogeneidades através das flexibilizações e do acesso ao currículo. Nesse sentido, as estratégias mencionadas possuem o compromisso de atender às demandas dos alunos com deficiência, para que esses alunos possam ser acompanhados e inseridos no contexto da sala de aula

regular, além disso, as flexibilizações e/ou adaptações curriculares possibilitam o conhecimento sobre o ensino e aprendizagem dos alunos em questão, proporcionando a cada um formas e recursos diferenciados de abordagem dos conteúdos do currículo, respeitando suas peculiaridades.

Quando falamos em inovação pedagógica não estamos nos referindo a estratégias totalmente inéditas. Mas, sim, de formas novas de desenvolver o trabalho em sala de aula de maneira a produzir efeitos interessantes, efeitos novos. É preciso trabalhar interpretação de texto. E isso pode ser feito de inúmeras formas. O “como” se desenvolve o trabalho é que fará a diferença para a aprendizagem do aluno com algum tipo de deficiência e, também, de todos alunos da sala de aula (Haas, 2021, p. 55).

Entretanto, as adequações ou flexibilizações curriculares são recursos didáticos indispensáveis para o seguimento e acesso ao currículo regular, porém, é preciso e necessário significar a integração pessoal dos alunos que estão inseridos do processo de inclusão tanto dentro quanto fora da sala de aula e considerar a importância das interações com os pares e demais pessoas que façam parte do contexto escolar.

Na intenção de buscar compreensões sobre a importância do currículo adaptado e a importância das adequações e flexibilizações pedagógicas para a elaboração do Planejamento Educacional Individualizado, o estudo resultante da pesquisa de Santos (2015) evidencia o crescente número de matrículas de alunos com necessidades educacionais nas escolas de ensino regular. É possível a identificação de um movimento significativo por parte dos sistemas de ensino e das escolas para garantir o acesso e a permanência dos alunos no sistema de inclusão, sendo assim, uma das estratégias encontrada foi o oferecimento de formação continuada aos professores.

Entretanto, é evidente que somente a oferta de formação continuada não seria suficiente para garantir um ensino diferenciado levando em conta as especificidades dos alunos com deficiência, e sim a formação continuada para todos os envolvidos no contexto escolar. Nesse sentido, a reorganização do fazer pedagógico deve abrir espaço a novas discussões com o intuito de estabelecer novas estratégias de ensino e aprendizagem que sejam diferenciadas a partir de recursos inovadores e atrativos, garantindo a todos os alunos inseridos na escola o direito à aprendizagem, independentemente de suas dificuldades.

Pezzi (2017), em seu trabalho intitulado “Professoras iniciantes e inclusão na educação infantil: Diálogos sobre trabalho e formação docente”, apresenta uma pesquisa realizada com professoras que estão iniciando sua carreira profissional e os impactos enfrentados no trabalho realizado com alunos com deficiência no processo de inclusão. A pesquisa da autora vem ao encontro das considerações da pesquisa de Santos (2015), porém, com um olhar crítico por parte das professoras ainda inseguras e com pouca experiência no seu fazer pedagógico. Sendo assim, as docentes acreditam e colaboraram com a pesquisa, salientando a importância de formação continuada, trocas de ideias e experiências na sua prática diária diretamente com outros professores, bem como a oferta de estágio específico para a educação especial nos cursos de Pedagogia e, por fim, a busca de apoio da família, da equipe gestora e dos profissionais que trabalham de forma específica no seus consultórios, para que de fato ocorra o trabalho colaborativo por parte de todos os envolvidos.

É extremamente importante discutir sobre as concepções relacionadas ao processo de inclusão dos alunos com deficiência permeando vários aspectos que são relevantes e que se tornam fundamentais no dia a dia do fazer pedagógico, foco da presente pesquisa. A partir das dificuldades encontradas no processo da não aprendizagem dos alunos com deficiência, as práticas pedagógicas devem ser orientadas na direção de tornar o ensino acessível a esses alunos.

Por esse ângulo de concepções, Capellini e Zerbato (2019) destacam o trabalho em equipe como de extrema importância ao ensino colaborativo, sendo considerado como um processo promissor, principalmente quando o aluno com deficiência demanda particularidades mais complexas em relação ao ensino e aprendizagem, pois as interações e ajuda mútua entre os profissionais fortalecem a rede de apoio entre todos os envolvidos e, principalmente, a participação e efetivação dos saberes dos alunos nas atividades de sala de aula regular.

Embora a pesquisa tenha como ponto central a inclusão e a implantação de estratégias que desenvolvam os saberes e respeitem a individualidade de cada sujeito, os autores não apontam em seu trabalho a importância do planejamento e desenvolvimento do PEI para que o trabalho colaborativo possa ser realizado levando em conta as habilidades, objetivos e avaliações periódicas dos alunos com deficiência.

Já a pesquisa de Costa, Schmidt e Camargo (2023) salienta a importância do PEI ser elaborado conjuntamente entre os professores e pais, avaliando as necessidades e potencialidades dos alunos, organizando metas de aprendizagem e

realizando estratégias para adequações dos saberes.

Além disso, uma sociedade inclusiva vai bem além de garantir apenas espaços adequados para todos. Ela fortalece as atitudes de aceitação das diferenças individuais e de valorização da diversidade humana e enfatiza a importância do pertencer, da convivência, da cooperação e da contribuição que todas as pessoas podem dar para construir vidas comunitárias mais justas, mais saudáveis e mais satisfatórias (Sasaki, 2003, p. 164).

Por este ângulo de concepções, Silva *et al.* (2023) acrescentam ao seu estudo a importância da junção entre PEI e Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) como caminhos curriculares para a inclusão.

Na atualidade, muito se discute sobre o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) como proposta que colabora com a ampliação de respostas educativas pautadas pela perspectiva de incluir todos no planejamento e ação curricular e sobre o Plano Educacional Individualizado (PEI), ferramenta de atendimento às demandas específicas para alguns alunos, notadamente PAEE, com o intuito de ampliar sua participação e aprendizagem em contexto escolar (Silva *et al.*, 2023, p. 6).

Os referidos autores salientam a utilização do Desenho Universal para a Aprendizagem como parte fundamental no processo de inclusão, trazendo um conceito que explica a sua importância quando falamos em currículo, levando em consideração os conteúdos disponibilizados de variadas formas, através de áudio, vídeo, imagens, poemas, textos etc. Ressaltam a necessidade de considerarmos a validação dos estudantes e a usabilidade das ferramentas e recursos escolhidos por eles próprios.

No mesmo sentido, Tinti (2011), na sua pesquisa, já considerava importante a possibilidade de trabalhar com todo o grupo de alunos, praticando a cooperação entre eles, no qual a prática educacional inclusiva seria fazer subgrupos de trabalho onde cada aluno poderia escolher as atividades que gostaria de realizar e qual estilo de aprendizagem seria adequado e satisfatório para a superação das suas dificuldades de aprendizagem.

A permanência e a efetiva aprendizagem de estudantes com deficiência e outras dificuldades apresentam-se como desafios para a escola e seus profissionais, que precisam transformar suas práticas para melhor atender aos seus estudantes. Em muitas situações os professores apontam suas dúvidas e reclamam da fragilidade de suas formações pedagógicas para a demanda da nova realidade que se configura nos espaços escolares (Lustosa; Figueredo, 2021, p. 27).

Nessa linha de pensamento, Guadagnino (2021) destaca a necessidade de prezar por uma formação que capacite os profissionais para o enfrentamento de desafios que ocorrem diariamente nas instituições escolares, relacionados ao fazer pedagógico, espaço físico, gestão e outros aspectos, buscando a superação das dificuldades e intervindo pedagogicamente nas mais distintas situações.

Dada a complexidade do tema que envolve o contexto da inclusão, é visível que o fazer pedagógico para os alunos com dificuldades específicas não é algo simples ou improvisado. Por essa razão, a presente pesquisa busca ressaltar a importância do PEI como um documento capaz de mostrar as etapas fundamentais para a sua elaboração, como análise, design, desenvolvimento, implementação e avaliação.

A elaboração do PEI é capaz de fomentar a meta da inclusão plena alinhada a uma docência que reconhece que aprender na escola requer uma compreensão epistemológica do ato de aprender como uma dinâmica social e compartilhada; envolve conceber a aula como um recorte temporal cujo objetivo é a aposta permanente em aproximar os estudantes de um objeto desconhecido e torná-lo familiar ou comum a todos, por meio de diferentes ferramentas didáticas de tradução do objeto de estudo em um formato cognoscível, contemplando as distintas e singulares modalidades de aprendizagem (Haas, 2021, p. 86).

A análise de nove artigos selecionados contribuiu para o argumento de que é de extrema importância que o ambiente escolar repense de forma responsável sobre as consequências que as ações não realizadas e não planejadas para os alunos com deficiência causam prejuízos significativos no seu processo de ensino e aprendizagem.

3 O PERCURSO HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR: PERSPECTIVAS INCLUSIVAS NO CONTEXTO ESCOLAR

O presente capítulo, intitulado "O Percurso Histórico das Políticas Públicas de Inclusão Escolar: Perspectivas Inclusivas no Contexto Escolar", aborda a evolução histórica das políticas de inclusão escolar e os desafios enfrentados ao longo desse percurso. Buscou-se descrever como as pessoas com deficiência foram vistas e tratadas ao longo da história, destacando a evolução das práticas e das concepções de inclusão, desde os períodos de segregação até a adoção de uma abordagem mais humanista e inclusiva, impulsionada por movimentos globais e legislações.

Este capítulo também explorou o impacto de importantes documentos e políticas internacionais e nacionais, como a Declaração de Salamanca (1994) e a Lei Brasileira de Inclusão (2015), que influenciaram e moldaram o atual contexto educacional inclusivo no Brasil. Ressaltou-se o papel fundamental dessas políticas na garantia de direitos para as pessoas com deficiência e na promoção da educação inclusiva nas escolas regulares.

Além disso, discutiu-se o impacto das políticas públicas na transformação das práticas educacionais, abordando como a inclusão escolar envolveu não apenas adaptações físicas e curriculares, mas também a mudança de atitudes dos profissionais da educação, dos estudantes e de suas famílias. O capítulo reforçou a importância da colaboração entre escola, família e comunidade para a efetiva promoção da inclusão, destacando a necessidade de práticas pedagógicas que respeitassem e valorizassem a diversidade.

Essa análise histórica visou fornecer uma base sólida para a compreensão dos desafios e avanços no campo da inclusão escolar, oferecendo subsídios relevantes para a reflexão e a ação de professores e gestores educacionais. O capítulo foi essencial para contextualizar o desenvolvimento do Planejamento Educacional Individualizado (PEI) e do Design Educacional, propostas centrais neste trabalho, que visaram proporcionar uma educação mais equitativa e acessível para todos os alunos.

3.1 História do surgimento do processo de inclusão

Antigamente, o nascimento das pessoas com deficiência, na maioria das situações, era considerado como castigo de Deus ou até mesmo reparação dos pecados, sendo assim, a prática de abandono e eliminação era comum, dependendo da cultura de cada povo. Sassaki (2003) diz que as pessoas com deficiência, por muitos séculos, foram ceifadas da sociedade, desde seu nascimento eram julgadas como incapazes e inaptas para a vida em sociedade, sendo condenadas à morte até por seus familiares. De acordo com o artigo do Portal Educação (2022), “Retrospecto histórico da pessoa com deficiência na sociedade”, com o surgimento do cristianismo, a doutrina combateu essa prática e investiu na abertura dos primeiros hospitais de caridade que abrigavam indigentes e pessoas com deficiência.

Ao longo dos anos surgiram os hospitais psiquiátricos, onde, primeiramente, o paciente era avaliado e classificado pelas suas funções sociais, biológicas e psicológicas. Essas pessoas, que seriam desviadas socialmente por não demonstrarem comportamentos adequados para o convívio, agora eram tratadas e criava-se uma expectativa acerca da cura e inserção delas na sociedade. Entretanto, em muitos casos, essa possível “cura” não ocorria e, então, essas pessoas com deficiência ficavam isoladas em instituições hospitalares e os indivíduos eram considerados estranhos/diferentes e eram excluídos.

As pessoas consideradas diferentes dos padrões e da normalização estabelecida pelos grupos sociais eram pessoas rotuladas pelas suas próprias limitações: o autista, o cego, o surdo, o deficiente. Sendo assim, eram pessoas que sofriam pelos estigmas que carregavam ao longo das suas existências. Para tanto, Tomasini (1998) destaca que:

[...] as pessoas ou o grupo de pessoas consideradas portadoras de problemas ou que se destacam sensivelmente do que está socialmente estabelecido como normal são alvo de processos que resultam na criação de mecanismos de correção de suas diferenças (Tomasini, 1998, p. 114).

Pode-se pensar que se há a necessidade de utilização de medidas corretivas para a diminuição das diferenças, então, a intenção é normalizar o diferente, sendo assim, esse indivíduo não irá ser uma ameaça ou um problema à sociedade. A partir das reflexões acerca das transformações culturais ao longo dos tempos, pode-se

compreender uma re(construção) do conceito das diferenças e deficiências graças ao empenho dos movimentos sociais, que ganham força política no respeito e reconhecimento de todas as pessoas independente da sua deficiência.

Apesar dessas reflexões sobre um olhar voltado para as diferenças, alguns estigmas ainda acompanham as pessoas com deficiência nos dias atuais. Contudo, existe uma evolução gradual através de movimentos mundiais, que em vários contextos e momentos refletem a luta pelos direitos humanos na busca de inclusão, cada vez mais importante para os segmentos educacionais e sociais. Para que alguns direitos fossem garantidos para as pessoas com deficiências, foi elaborado um documento na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, na Espanha, em 1994. Segundo a Declaração de Salamanca:

O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas, independente de quaisquer dificuldades ou diferenças. A escola inclusiva deve reconhecer e atender às diversas necessidades de seus alunos, adaptando-se aos ritmos de aprendizagem diferentes, assegurando educação de qualidade a todos, através de um currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com a comunidade, além de apoio extra para que a aprendizagem seja efetiva (Declaração de Salamanca, 1994, p. 11).

Para tanto, torna-se necessário pensar o processo de inclusão que realmente valorize a diversidade que se apresenta no contexto escolar, pensando e repensando recursos e estratégias educacionais que irão auxiliar os alunos, possibilitando uma aprendizagem independente de suas dificuldades e diferenças.

Veiga Neto e Lopes (2012) ressaltam o discurso dos últimos anos sobre a inclusão e educação das pessoas com deficiência. Portanto, os autores responsabilizam toda a sociedade e o Estado: “Em síntese, todos somos parceiros e corresponsáveis, justamente com o Estado, pela inclusão, pela educação, pela saúde, pela empregabilidade e pela permanência de todos nos fluxos sociais e econômicos” (Veiga Neto; Lopes, 2012, p. 67).

3.2 A pessoa com deficiência e as políticas públicas

Historicamente, as primeiras preocupações e discussões acerca dos direitos humanos, que veio ao encontro da “Declaração Universal dos Direitos Humanos” aprovada pela ONU (1948), expressa claramente, no artigo primeiro, que todos os

seres humanos nascem livres e possuem direitos iguais, bem como sua dignidade. Portanto, os artigos dessa declaração são fundamentais e trazem consigo a segurança de que todos terão os mesmos direitos: à educação, à cultura e à livre participação no âmbito social.

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (Declaração de Salamanca, 1994, p. 17-18).

Nesse documento consta a reafirmação de que as pessoas com deficiência possuem os mesmos direitos que as outras pessoas. Dentro desse grande movimento mundial é que a Declaração de Salamanca salienta o desafio sobre a concepção de Educação Especial ao utilizar o termo “pessoa com necessidades educacionais especiais”. Tal termo abrangeu a todas as crianças, jovens e adultos que possuem necessidades especiais de aprendizagem. E neste momento surge o desafio da educação inclusiva nas escolas, pois entende-se que os alunos devem ser acolhidos e a escola deve considerar e valorizar as especificidades de aprendizagem de cada um.

Por tudo isso, a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional, que, por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que seja ressignificada a identidade do aluno. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais (Mantoan, 2003, p. 20).

Portanto, entende-se que cada aluno aprende de formas diferentes. Esses avanços acerca da educação inclusiva foram determinantes para os termos didáticos, pois serviram de base para a elaboração das políticas públicas, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, que garante aos alunos com necessidades especiais (termo já modificado para: alunos com deficiência) currículo adaptado às suas necessidades, bem como métodos e recursos educacionais para atender às necessidades específicas de cada um. Em 2001, surge a “Convenção de Guatemala”, que confirma os direitos das pessoas com deficiência, e, na sequência, a “Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência” de

2006, que assegura o direito de todos os alunos frequentarem o ensino regular e também garante o direito ao apoio necessário e diferenciado para facilitar as mais variadas formas de aprendizagem das pessoas com deficiência.

Reafirmando que as pessoas portadoras de deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas e que este direito, inclusive o direito de não ser submetidas a discriminação com base na deficiência, emanam da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano (Convenção de Guatemala, 1999, p. 1).

A “Política da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” (Brasil, 2008) estabelece que a Educação Especial é uma modalidade que perpassa todos os níveis de escolaridade (educação básica e ensino superior), realiza o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e, também, define o público que será atendido pela Educação Especial: alunos com transtorno global do desenvolvimento¹, com deficiência e altas habilidades/superdotação, e assegura que os sistemas educacionais devem ter condições de atender a esse público de forma distinta.

Em 6 de julho de 2015, como grande marco histórico brasileiro atual, temos a Lei Brasileira de Inclusão, sancionada pela Lei n.º 13.146/2015, que cria o Estatuto da Pessoa com Deficiência, enfatizando a visão do direito de as pessoas com deficiência serem incluídas na vida social nas mais diversas esferas por meio de garantias básicas de acesso, a serem concretizadas por meio de políticas públicas ou de iniciativas a cargo das empresas. De acordo com Pain (2015), esse Estatuto amplia direitos nas mais diversas áreas: saúde, educação, trabalho, habilitação e reabilitação, transporte, cultura, turismo, lazer, acessibilidade em sua mais ampla especificidade.

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência reconhece que o termo "portador de deficiência" não é apropriado e deve ser evitado. Em vez disso, a Convenção usa o termo "pessoa com deficiência" para enfatizar que a deficiência é uma característica da pessoa e não define quem ela é, valorizando a dignidade, autonomia e participação plena das pessoas com deficiência na sociedade (Brasil, 2008).

¹ O art. 58, o art. 59 e o parágrafo único do art. 60, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996), substituí a terminologia “Transtornos Globais do Desenvolvimento – TGD” por “Transtorno do Espectro Autista – TEA”.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015) trata de vários assuntos relacionados à inclusão, principalmente sobre a inclusão dos alunos com deficiência no contexto escolar na rede regular de ensino. Segundo Sasaki (2004, p. 2):

Uma escola comum só se torna inclusiva depois que se reestruturou para atender a diversidade do novo alunado em termo de necessidade especial (não só as decorrentes de deficiência física mental, visual, adutiva ou múltipla, como também aqueles resultantes de outras condições atípicas) em tema de estilos de habilidade de aprendizagem dos alunos e em todos os outros requisitos dos princípios da inclusão [...].

Ao pensar sobre as possibilidades encontradas no processo de inclusão, pode-se refletir sobre as condições e oportunidades de os alunos de inclusão fazerem parte de uma sociedade participativa e colaborativa entre as relações de igualdade e valores. Os alunos com deficiência não devem ter a preocupação de se adequar ou se adaptar à escola, mas a escola deverá buscar formas e meios educacionais para atender as demandas desses alunos. Nessa perspectiva, a comunidade escolar, bem como todos os contextos aqui citados, não deve ignorar as diferenças como se fossem limitantes ao convívio social e cognitivo.

Todavia, os estudantes com algum tipo de deficiência passam pelas mesmas etapas de desenvolvimento e pelos mesmos processos de construção de conhecimento. Existem, efetivamente, necessidades específicas que precisam ser levadas em consideração no planejamento, na elaboração de estratégias de trabalho. Mais que uma atividade específica, a forma como as atividades são desenvolvidas pode ter muito mais efeito para a aprendizagem do aluno com algum tipo de deficiência e, também, de todos alunos da sala de aula (Hass, 2021, p. 55).

Diante disso, vale ressaltar a importância da adaptação curricular ou acessibilidade curricular no processo de ensino-aprendizagem, pois a partir da avaliação sobre as aprendizagens dos alunos de inclusão, será possível buscar a participação, bem como o desenvolvimento cognitivo educacional dos alunos. As adaptações e/ou adequações curriculares devem ser feitas pelos professores da sala de aula regular, caso o professor julgue necessário, ele poderá contar com o auxílio e apoio dos professores responsáveis pela sala de Atendimento Educacional Especializado.

4 IMPORTÂNCIA DA RELAÇÃO FAMÍLIA/ESCOLA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

O Capítulo 5 analisa a relação entre a família e a escola e seu impacto no desenvolvimento dos alunos com deficiência. Este capítulo teve como objetivo discutir o papel essencial da parceria entre família e escola para a efetivação do processo de inclusão, considerando que a participação ativa da família pode contribuir significativamente para o sucesso escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Inicialmente, o capítulo abordou o impacto do diagnóstico de deficiência no ambiente familiar, destacando as reações emocionais dos pais e os desafios enfrentados por eles ao longo do processo de aceitação. Foram analisados os diferentes estágios pelos quais as famílias passam, incluindo o luto, a negação e, finalmente, a aceitação, ressaltando a importância do apoio psicológico nesse contexto.

Além disso, o capítulo discutiu a relevância da comunicação eficaz entre a família e a escola, enfatizando como essa parceria pode facilitar a identificação das necessidades dos alunos e a implementação de estratégias pedagógicas mais adequadas. A colaboração entre professores e pais foi apresentada como um fator decisivo para a elaboração de planejamentos educacionais individualizados que respeitem as especificidades de cada aluno, promovendo uma aprendizagem mais significativa.

Por fim, o capítulo destacou a importância de práticas que valorizem a participação da família no ambiente escolar, promovendo um sentido de pertencimento e apoio mútuo. A relação colaborativa entre família e escola foi apontada como um elemento crucial para a criação de um ambiente inclusivo, no qual os alunos com deficiência possam se desenvolver plenamente. Dessa forma, o Capítulo 5 contribuiu para a compreensão da importância do envolvimento familiar na construção de um processo educacional inclusivo e de qualidade.

4.1 O impacto do diagnóstico na família

Assim como salientamos, a inclusão escolar é um tema que possui um papel importantíssimo para a trajetória dos alunos de inclusão, então, não podemos deixar de abordar a importância do papel da inclusão familiar, que é essencial e relevante para que as tomadas de decisões acerca das avaliações, estratégias e desenvolvimento ocorram a partir do envolvimento de todos.

A expectativa esperada acerca do nascimento de um filho é o momento de entrega, cuidado, possibilidade e desejo de que seu plano sobre o futuro do seu filho seja brilhante.

Segundo Szymanski (2009, p. 24):

O ambiente familiar é propício para inúmeras atividades que envolvem a criança numa ação intencional, numa situação de trocas intersubjetivas que vão se tornando mais complexas ou envolvendo mais intencionalidades, numa perspectiva temporal.

A questão primordial é quando os pais recebem o diagnóstico do seu filho, o qual contraria todas as suas expectativas, sonhos e aspirações. Sendo assim, as famílias iniciam o processo de aceitação, evidenciando uma diversidade de sentimentos inerentes ao luto que estão vivenciando.

Nesse contexto, o papel do psicólogo será fundamental. Elisabeth Kubler-Ross (1996) estabeleceu seis estágios para o processo de luto após o recebimento do diagnóstico. Os estágios não são uma regra, pois nem todas as pessoas passam pelas etapas no mesmo instante, então, algumas podem seguir em frente e outras podem ficar estagnadas. Os seis estágios do luto relacionados por Elisabeth são: choque, tristeza ou pesar, raiva, negação, solidão e aceitação.

O período inicial do processo de aceitação dos filhos com deficiência é algo bastante doloroso e muitas vezes perduram por toda a vida. É muito comum os pais relatarem no ambiente de consultório sobre as preocupações inevitáveis dos seus filhos relacionadas à autonomia, realização pessoal, convivência em sociedade, aceitação dos pares, entre outras preocupações que os acompanham diariamente. Na maioria das vezes, são pais e mães que renunciaram suas vidas pessoais e profissionais para conseguirem se apropriar das demandas sobre as quais serão fundamentais estarem presentes nessa nova trajetória.

4.2 A relação família e escola e o desempenho escolar dos alunos com deficiência

A escola como um todo deve estar organizada, preparada e planejada para receber os alunos com deficiência. Nada será eficaz se a lei apenas ficar no campo da teoria e não ser planejada na prática.

É no contexto escolar que são fortalecidas as formas de interação, onde o aluno com deficiência terá a oportunidade de conseguir lidar com as inseguranças e frustrações, sendo assim, será mediado pelos profissionais da escola para conseguir criar estratégias para a resolução de problemas.

A educação é um ato intencional e, os gestores e professores, assumem o compromisso de ampliar seus conhecimentos acerca das diversas teorias, conhecer os paradigmas existentes para realizar a mudança no contexto escolar de forma consciente e comprometida com a Educação Inclusiva/Educação Especial [...] (Novaes, 2016, p. 32).

No que tange à educação como um ato intencional, a família também deve se sentir pertencente a esse espaço educacional, contribuindo com ideias e informações que serão relevantes para o processo educacional. Da mesma forma, a escola poderá assumir cada vez mais o compromisso de trazer a família para a participação efetiva nas tomadas de decisões. Ainda é recorrente a existência da falta de comprometimento por parte dos professores, principalmente quando a unicidade deixará de fazer parte da vida escolar do aluno e, a partir de então, passará a lidar com os professores que trabalham suas áreas de forma específica. Isso significa que as mudanças serão bruscas, levando em conta que cada professor terá poucos minutos para desenvolver suas aulas, e, de fato, para alguns professores, a falta de formação continuada e acompanhamento do AEE são situações que impactam diretamente nas dificuldades de fazer as devidas adaptações e acolhimento do aluno.

Mudar isso significa conscientizar-se dessa necessidade: Não há mudanças sem revisão de valores e crenças em determinada teoria e ideologia. O que se quer falar aqui é que, para haver mudança na escola, é preciso mudar os pensamentos de quem faz parte deste contexto, para desconstruir velhas práticas e construí-las com um novo significado, uma nova ideia, ampliar a forma de pensar a escola (Novaes, 2016, p. 29).

No entanto, o papel e a participação das famílias serão fundamentais para o fortalecimento do ensino e aprendizagem, pois quando os dois contextos – família e escola – caminham juntos, o desenvolvimento cognitivo e social dos alunos com deficiência acontecerá com apoio integral dos envolvidos nesse processo de inclusão.

Para Sasaki (2003), cabe, portanto, à sociedade eliminar todas as barreiras físicas, no qual está relacionada a adequação de equipamentos tecnológicos ou analógicos, barreiras programáticas que são textos normativos para a conscientização e barreiras atitudinais que são fundamentais para a eliminação de preconceitos, estigmas e estereótipos. A principal preocupação está relacionada em proporcionar para as pessoas com necessidades especiais terem acesso aos serviços, lugares, informações e bens necessários ao seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional.

5 SOBRE O COTIDIANO DA INCLUSÃO ESCOLAR: AEE, DUA E PEI

O Capítulo 4 apresenta uma análise aprofundada das práticas pedagógicas inclusivas adotadas no contexto escolar, com foco no Atendimento Educacional Especializado (AEE), no Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) e no Planejamento Educacional Individualizado (PEI). Este capítulo teve como objetivo examinar como essas abordagens contribuem para a implementação efetiva da inclusão escolar, proporcionando aos alunos com deficiência oportunidades equitativas de aprendizagem.

Inicialmente, o capítulo abordou o papel das salas de recursos multifuncionais e do AEE, destacando sua importância como suporte essencial para atender às necessidades específicas dos alunos. Em seguida, discutiu-se o conceito e a aplicação do Desenho Universal para a Aprendizagem, ressaltando como essa abordagem busca promover um ambiente educacional acessível e adaptável a todos os estudantes, independentemente de suas características individuais.

O Planejamento Educacional Individualizado (PEI) também foi detalhado como uma ferramenta fundamental para garantir que as necessidades educacionais dos alunos sejam atendidas de forma personalizada. O capítulo discutiu a elaboração e a implementação do PEI, enfatizando a importância da colaboração entre professores, família e demais profissionais envolvidos no processo educacional, a fim de promover uma aprendizagem significativa e inclusiva.

Por fim, este capítulo destacou os desafios e as possibilidades da inclusão escolar no cotidiano das instituições de ensino, evidenciando a necessidade de práticas pedagógicas flexíveis e adaptáveis, que respeitem as diferenças e valorizem as potencialidades de cada aluno. Assim, o Capítulo 4 contribuiu para aprofundar a compreensão sobre as estratégias práticas e os instrumentos que podem ser utilizados para promover uma educação inclusiva de qualidade.

5.1 Sala de recursos multifuncionais

Desde o ano de 2009, a Convenção sobre os Direitos de Pessoas com Deficiência assumiu um importantíssimo papel e compromisso com a inclusão de pessoas com deficiência. As salas de recursos multifuncionais para o AEE são fundamentais, pois desde o Decreto n.º 7.611/2011, as salas de recursos multifuncionais foram definidas como um ambiente que disponibiliza equipamentos, recursos pedagógicos e mobiliários adaptados às diversidades de dificuldades apresentadas pelos alunos com deficiência.

“As salas de recursos multifuncionais têm a lógica de potencializar o ensino dos alunos com deficiência ou com altas habilidades para promover condições de acesso, aprendizagem e participação no ensino regular. Não são um reforço e não substituem as atividades de salas regulares, com as quais devem estar em sintonia. São ambientes com materiais, mobiliários e equipamentos tecnológicos para ofertar o atendimento educacional especializado”, explica Regiane Alves Costa Fayan, Líder do Programa Mobilização para Autonomia, da Fundação FEAC (Kling, 2022, p. 1).

Essas salas são destinadas de acordo com a Resolução n.º 4/2009, tendo como público-alvo da Educação Especial:

- I. Alunos com Deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial;
- II. Alunos com Transtornos Globais do Desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação;
- III. Alunos com Altas Habilidades/Superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade (Brasil, 2009, Art. 4º).

As salas de recursos precisam estar sempre atualizadas, dispondo de recursos pedagógicos cada vez mais inovadores, adequando as dificuldades e necessidades de cada aluno juntamente com os professores da sala de aula regular e professores especialistas no atendimento educacional individualizado.

Com esse perfil organizacional, podemos imaginar o impacto da inclusão na maioria das escolas, especialmente quando se entende que incluir é não deixar ninguém de fora da escola comum, ou seja, ensinar a todas as crianças, indistintamente! (Mantoan, 2003, p. 28).

5.2 Desenho Universal da Aprendizagem (DUA)

A educação é um direito fundamental de todos os alunos, independentemente de suas dificuldades, características ou necessidades específicas. Por essa razão, os métodos tradicionais de ensino nem sempre atendem de forma adequada as especificidades dos alunos presentes na sala de aula.

Na atualidade, muito se discute sobre o DUA, pois ele é uma proposta que colabora para as respostas educativas na perspectiva de incluir.

Para tanto, a necessidade de se promover rupturas com práticas conservadoras é urgente. Nesse intento, a proposta do Desenho Universal para a Aprendizagem é favorável e, possibilita assegurar questões referentes ao direito à inclusão, acessibilidade e educação, bem como impulsionar ações na perspectiva de promover um ambiente inclusivo e transformador no que diz respeito a aprendizagem para todos (Rosalin, 2022, p. 22).

Considerando que cada aluno é único e apresenta características distintas referentes ao seu cognitivo, cabe salientar a importância de serem proporcionadas práticas pedagógicas embasadas nos princípios do DUA, pois ele fomenta ações voltadas para a sala de aula regular, enquanto o AEE que é desenvolvido na sala de recursos multifuncionais.

De acordo com Rosalin (2022), o Desenho Universal parte da compreensão de que é possível se dispor de recursos e ações que atendam a todas as pessoas e, no caso da escola, a todos os estudantes. Dito de outra forma, a título de exemplo, buscamos o conceito de rampa. A rampa é um recurso que serve tanto às pessoas que apresentam uma deficiência física e dificuldade de locomoção quanto às pessoas que não apresentam nenhuma deficiência, como um idoso, uma pessoa obesa ou uma mãe empurrando um carrinho de bebê.

Sendo assim, é possível entender que o AEE é realizado na sala de recursos multifuncionais com alunos com deficiência preferencialmente em turno inverso, e a partir do enfoque adotado pela escola sobre a utilização do Desenho Universal para a Aprendizagem, a utilização desses meios didáticos e pedagógicos se complementam entre si, pois o DUA tem como finalidade incluir os alunos por áreas de interesse, para assim possibilitar o ensino e aprendizagem onde existem formas diferenciadas, promovendo diferentes formas de expressão do conhecimento.

5.3 Planejamento Educacional Individualizado (PEI)

O fazer pedagógico, na perspectiva da educação inclusiva, atualmente ainda traz inquietude por parte da equipe escolar, pois a adesão aos novos recursos e estratégias pedagógicas curriculares que não segreguem e nem excluam os alunos são muito preocupantes. A realidade escolar vem se modificando na medida em que os obstáculos e dificuldades ficam mais evidenciados por parte dos alunos que apresentam algum tipo de deficiência, e, em contrapartida, os professores também enfrentam essas modificações com inseguranças e anseios quanto à estimulação adequada para que de fato o engajamento e participação ocorra por parte de todos os alunos, com ou sem deficiência.

O PEI é integrado por uma ampla avaliação dos níveis de desempenho do estudante, que envolve objetivos, metas de aprendizagem, recursos e estratégias, acomodações e modificações e outras informações (Silva, 2021, p. 43).

O Planejamento Educacional Individualizado trata-se de uma estratégia que estabelece um planejamento individual voltado para as dificuldades dos alunos de inclusão, o qual irá contribuir na busca de entendimento e melhorias no processo de ensino e aprendizagem. Por ser um documento flexível a modificações, cabe ressaltar e evidenciar a escolha por utilizar o método ADDIE para o PEI, pois essa organização atende aos critérios específicos à cada etapa do planejamento: análise, design, desenvolvimento, implementação e avaliação. Do capítulo 4 ao 4.3 estão exemplificadas todas as etapas do método ADDIE.

A apropriação desse documento denominado como PEI e a utilização do método ADDIE têm como principais objetivos auxiliar quanto à avaliação e intervenção dos alunos público-alvo da educação inclusiva.

Neste contexto, os planos de adequação são imprescindíveis para que as diferentes formas de ensinar sejam contempladas na variabilidade de planejar e, conseqüentemente sejam utilizadas as diversas metodologias e recursos didáticos (Novaes, 2016, p. 36).

Com relação ao processo de inclusão, está a importância de ressaltar o PEI como o documento norteador no processo de ensino-aprendizagem, pois a partir de uma avaliação que contemple o levantamento dos conhecimentos prévios do aluno,

bem como suas potencialidades e habilidades, será possível viabilizar e direcionar a ação pedagógica.

Segundo Brito e Bassi (2020, p. 76), “O PEI rompe o paradigma tradicional de normalizar todos os alunos ao detalhar o tipo de atividade e apoio requeridos, diante das necessidades apresentadas pelo aluno com deficiência”. Faz-se necessário, portanto, que os alunos com necessidades educacionais tenham o seu PEI, pois sem ele as atividades poderão ser insuficientes, pois nesse documento de apoio e suporte terá os dados pessoais do aluno, a identificação dos seus conhecimentos prévios, os registros das suas evoluções, os objetivos a serem superados ao longo do período destinado e as atividades a serem realizadas. Vale reforçar sobre a importância desses registros estarem à disposição dos profissionais, familiares e demais pessoas da equipe gestora escolar, pois sendo assim será possível planejar futuras atividades e objetivos a serem agregados naqueles já alcançados.

A escola contemporânea não pode ser inflexível e estanque, pois a inteligência é uma constante adaptação. As modificações anatômicas do cérebro acontecem ao longo da vida. Com elas, por meio de estímulos, são adquiridas habilidades, desenvolvidas dimensões emocionais; descobre-se o mundo, surgindo um novo olhar sobre a vida. As faculdades criativas do ser são propriedades também dos alunos com necessidades educacionais especiais (Cunha, 2012, p. 53).

Pensando sobre a importância do planejamento educacional individualizado para a organização e preparação dos recursos a serem utilizados com os alunos e as dificuldades encontradas pelos professores quanto à elaboração desse documento, será elaborado um documento estruturado, o qual trará como benefício tecnológico a utilização do design instrucional para que os profissionais possam ter acesso tanto para consultas quanto para fazer alterações e/ou complementações.

Para perceber a importância do PEI, é necessário compreender que o termo educação não significa somente a escolarização promovida pela escola, mas todas as influências ocorridas na formação do aluno. Nesse contexto, mostra-se pertinente comentar sobre a importância da escola como uma instituição que tem o objetivo de contribuir no desenvolvimento de alunos ainda crianças, jovens e adultos, na apropriação de conhecimentos e na formação voltada para a cidadania, a criticidade e a preparação para as demandas do mundo do trabalho.

Um mundo inclusivo é um mundo no qual todos têm acesso às oportunidades de ser e estar na sociedade de forma participativa; em que a relação entre o acesso às oportunidades e as características individuais não é marcada por interesses econômicos ou pela caridade pública. A proposta inclusiva pressupõe uma ressignificação da sociedade e, nela, da escola que temos hoje, para que ofereça respostas educativas de qualidade para todos (Carvalho, 1999, p. 9).

Assim, entende-se que o professor exerce um papel fundamental no processo de inclusão e, por essa razão, deve saber ou procurar saber o máximo possível de informações e características sobre seu aluno, para que consiga auxiliar seu aprendizado e desempenho em sala de aula. Cabe salientar sobre a importância de o professor utilizar reforços positivos para a motivação sempre que possível, pois sendo assim irá trabalhar de forma positiva e acreditando no potencial dos alunos, o que tornará o processo mais prazeroso.

5.4 A importância da escola para o processo de inclusão

O trabalho de Victor, França e Oliveira (2018) traz uma reflexão a respeito das condições determinantes para que efetivamente aconteça o processo de inclusão. Nesse sentido, torna-se fundamental atitudes positivas e recursos necessários, sendo assim, pouco vale somente atitudes positivas e abertas se os recursos necessários a cada aluno não forem pensados e repensados a partir das suas dificuldades e habilidades de aprendizagem. Do mesmo modo, dispor de todos os recursos possíveis e pensados de forma individualizada não será significativo se a escola mantém uma atitude fechada e excludente perante a inclusão. A partir das considerações feitas pelos pesquisadores, vale enfatizar a importância da escola como um todo: equipe gestora, alunos, professores, funcionários e familiares devem desconstruir algumas concepções negativas mediante o tema em questão, como:

- a) não limitar ou rotular os alunos mediante suas dificuldades ou deficiências;
- b) não pretender que os alunos aprendam de forma única, desconsiderando os estilos de aprendizagem e o tempo de cada um;
- c) considerar a importância de organizar o ano letivo de forma flexível, adaptando as metodologias a partir das necessidades de cada aluno;
- d) dar a devida importância para a avaliação dos alunos de inclusão, levando em consideração seus avanços, entre outros.

A escola, em uma perspectiva de educação inclusiva, deve se preparar para uma prática pedagógica na qual tanto a coletividade quanto a individualidade favoreçam o pleno desenvolvimento da aprendizagem do estudante, sem desconsiderar sua singularidade. Para que ele seja um sujeito ativo de sua aprendizagem, é necessário que faça parte do grupo, que se relacione, que participe e compartilhe de todas as atividades desenvolvidas (Orrú, 2012, p. 198).

Para que a política pública de inclusão escolar atinja suas intencionalidades, será necessário que as escolas estejam aptas a receber toda a diversidade de alunos, levando em consideração não somente aspectos relacionados à socialização e à inserção dos alunos com deficiência na sala de aula. Portanto, reconhecer que todos os alunos possuem características peculiares implicará na diferenciação do ensino, levando em conta as modificações relacionadas aos recursos pedagógicos e à estrutura física do ambiente escolar.

5.5 A acessibilidade curricular: uma mudança de perspectiva e utilização do PEI

Em nosso entendimento, o objetivo central da elaboração do PEI como estratégia de inclusão escolar é o acesso ao currículo e essa dimensão implica a adoção de estratégias pedagógicas que possam contemplar a perspectiva do desenho universal e da acessibilidade curricular para os estudantes com deficiência junto à sua turma de pertencimento (Haas, 2021, p. 77).

Pacheco e Vieira (2006) afirmam que para existir uma sala de aula inclusiva é essencial ter o planejamento e a organização do currículo adaptado. Sendo assim, é importante estimular as relações entre professor-aluno e aluno-professor. É importante comentar sobre a inovação na sua ação pedagógica, atribuindo uma postura proativa em relação à busca de recursos específicos para que a aprendizagem ocorra de forma natural e valorizando as especificidades dos alunos.

Adaptação curricular refere-se ao ajuste da pré-lição dos objetivos de estudo, do material, dos métodos e do ambiente em sala de aula, de modo que ela possa atender às necessidades dos alunos. Isso relacionava-se a métodos de ensino, escolha de situações como trabalho individual, trabalho em pares, trabalho em grupos ou ensino para a turma toda (Pacheco; Vieira, 2006, p. 42).

Nessa perspectiva, vale salientar que não basta somente compreender como se dá a trajetória da educação inclusiva sem pensar e repensar sobre colocá-la em

prática. O contexto educacional poderá ser considerado inclusivo a partir dos requisitos citados:

- desconsiderar a falta de recursos e número excessivo de alunos como justificativa para restringir a inclusão;
- reconhecer que cada aluno tem uma capacidade de aprendizagem diferente e torná-las possíveis a partir das suas possibilidades;
- elaborar recursos diferenciados e metodologias que atendam às necessidades dos alunos de inclusão;
- inserir projetos que promovam estratégias de compreensão e respeito sobre uma sociedade inclusiva;
- considerar a inclusão como parte do processo dinâmico.

5.6 Flexibilizações e/ou adaptações curriculares

Apesar dos desafios enfrentados e seus avanços na educação inclusiva no Brasil, alguns docentes ainda manifestam pouco conhecimento a respeito do processo de inclusão e insegurança na aplicabilidade das atividades e envolvimento com os alunos com deficiência cognitiva no processo de aprendizagem. A presença cada vez mais evidente desses alunos na sala de aula expõe a nossa fragilidade perante o desconhecido, sendo assim, temos muito a aprender sobre o processo de inclusão e o contexto das práticas pedagógicas. A flexibilização, adaptação e/ou adequação curricular são estratégias e possibilidades educativas com a finalidade de dar suporte às dificuldades de aprendizagem. É importante enfatizar que o currículo deve ser dinâmico, alterável e readaptado para que atenda de fato a todos.

É importante que o professor consiga levar em consideração alguns aspectos consideráveis em relação às adaptações curriculares, como: participação de todos, objetivos e recursos a serem utilizados e considerar variadas formas de registro e avaliação, levando em conta as potencialidades e as habilidades que o aluno apresenta.

O ensino não ocorrerá, de fato, se o professor não atender ao jeito que cada um tem para aprender. Faz parte da tarefa de ensinar procurar as estratégias que melhor respondam às características e às necessidades peculiares a cada aluno (Aranha, 2000, p. 25).

A adaptação dos materiais pedagógicos, em suma, é a seleção e organização dos recursos que irão auxiliar a aprendizagem dos alunos. É responsabilidade do professor verificar e auxiliar na confecção e criação desses materiais juntamente com a equipe multidisciplinar na escola. Segue abaixo algumas sugestões de estratégias que irão auxiliar o desenvolvimento das práticas pedagógicas:

- Posicionamento do aluno na sala de aula;
- Manter sempre contato visual;
- Fazer uso da rotina elaborada em sala de aula;
- Utilizar instrumentos que possam dar previsibilidade ao término das atividades;
- Aplicar variados recursos de apoio: visual, auditivo e utilização de materiais concretos.

Cabe reiterar que as adequações curriculares irão ocorrer a partir do entendimento das necessidades educacionais específicas de cada educando. Por essa razão, as adaptações curriculares se dividem em duas partes. Elas podem ser adaptações de grande porte, para as quais serão feitas adequações em proporções maiores, envolvendo de forma direta toda a equipe diretiva escolar. Ou podem ser adaptações de pequeno porte, as quais são destinadas diretamente ao papel do professor, pois, sendo assim, as pequenas modificações de conteúdos e objetivos irão auxiliar os alunos a ter maior autonomia frente as suas dificuldades.

As adaptações de grande porte são consideradas estratégias pedagógicas importantíssimas para o processo de inclusão, pois envolvem grandes mudanças e alterações necessárias tanto na proposta pedagógica quanto na estrutura física adequada às especificidades de cada aluno e no envolvimento direto da família e demais profissionais. A Declaração de Salamanca, conforme referido anteriormente, define algumas ações e princípios necessários para conduzir a proposta de educação para todos.

O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que possuem. A partir das informações mencionadas, vale salientar que algumas características poderão fazer parte do planejamento da equipe escolar, considerando a diversidade dos alunos:

- organização do espaço da sala de aula;
- seleção de materiais e recursos de forma a favorecer a aprendizagem;
- planejamento e objetivos pedagógicos a serem aplicados;
- diversidade metodológica tanto para o ensino quanto para a avaliação;
- flexibilização da temporalidade, respeito do tempo de aprendizagem de cada aluno.

Quando falamos em inclusão e todo o processo que envolve as mudanças de paradigmas em relação ao contexto escolar e familiar dos alunos com deficiência, cabe ressaltar que cada profissional deve ter claramente noção da importância do trabalho em equipe. A cultura individualista ainda é bastante viva em algumas instituições e, na maioria das vezes, a falta de informações, de reuniões e espaços para que as trocas de ideias de fato aconteçam são esquecidas e deixadas de lado por muitos motivos. Os profissionais possuem dificuldades em aceitar o trabalho em equipe pelo fato de terem passado por experiências negativas ou por existir certo receio em aceitar e se adequar ao novo e ao desconhecido.

É conseqüente a necessidade de modificações nas relações entre a escola e o conhecimento, entre o professor e o aluno e entre a educação e o mundo contemporâneo. Além da conexão com as transformações atuais, é demanda da contemporaneidade a compreensão das diferentes dinâmicas que ocorrem no processo de ensino e aprendizagem, para traçar estratégias pedagógicas adequadas à realidade discente (Cunha, 2012, p. 54).

Sabemos que o trabalho em equipe não é tão simples assim, pois requer mudanças bastante significativas por parte de todos os envolvidos. Dentro das diversas instituições, existem divisões e subdivisões de setores, e cada setor é responsável por determinadas áreas relacionadas à educação em geral. Contudo, se acontecer a união dos setores de forma integral, com certeza os resultados serão cada vez mais claros e objetivos, pois o trabalho em equipe nunca deverá ser eliminado, e sim cada vez mais organizado e elaborado de tal forma que seja imprescindível no trabalho escolar. A escola, bem como várias instituições, são lugares em que se devem estabelecer vínculos e procurar a melhor forma de conviver e bem viver.

Saber trabalhar em equipe está sendo um dos temas mais abordados atualmente, pois somente formar um grupo para trabalhar determinados assuntos relacionados à inclusão não seria o principal objetivo. Muitas instituições estão engajadas na formação de novas equipes, das quais fazem parte pessoas

interdependentes, que visam um relacionamento interpessoal e satisfatório, onde as ideias e opiniões de todos sejam aceitas e discutidas na tentativa de manter o foco num objetivo comum.

Finalmente as práticas pedagógicas inclusivas são constituídas a cada momento, de maneira conjunta e compartilhada entre professor e educando, em situações coletivas e individuais, em um constante e infinito processo de conhecer o outro em busca de superação das dificuldades de aprendizagem por meio do pensar novas estratégias a partir da pergunta: “ Como é que meu educando aprende?”, de modo que a singularidade será sempre recuperada sem perder de vista o sujeito com possibilidades de aprendizagem (Orrú, 2012, p. 200).

O objetivo específico do trabalho em equipe é justamente fazer as devidas intervenções, criando situações onde ocorra a valorização das habilidades, oferecendo desafios adequados para a vida dos alunos, visando o auxílio tanto nos vínculos escolares quanto familiares.

O trabalho em equipe é, portanto, um conceito inovador, que busca diminuir ou de fato eliminar as barreiras impostas pelas instituições. Isso porque quando ocorrem mudanças na forma de tratar, ouvir e entender as reais necessidades dos membros envolvidos nos variados contextos, está acontecendo de fato a importância e o respeito às diferenças e singularidades de cada ser como sujeito capaz de ouvir e ser ouvido.

Ao longo da história da educação brasileira, o AEE tem travado momentos de luta para a inclusão de alunos com deficiência, que perpassam todos os fatores tratados até agora.

Para atender as necessidades educativas de seus alunos é preciso que a escola modifique. Nesse momento caberá a ela atender a uma parcela social que até então esteve excluída de seus projetos e planos de trabalho, ainda que estivesse presente em suas dependências, seja na classe especial, na classe de recurso ou na classe comum (Mendes, 2002, p. 76).

A educação, na perspectiva da inclusão, implica na reflexão acerca do entendimento, compreensão, respeito e superação dos estereótipos existentes principalmente no contexto escolar. Nesse sentido, o atual cenário educacional necessita de estratégias que possam contemplar novos recursos educacionais na formação docente, projetos educacionais que possam possibilitar maior interação, reflexões referentes ao processo de ensino e aprendizagem, organizações de

planejamentos, critérios e procedimentos de trabalho que atendam as especificidades dos alunos, para que a partir dessas estratégias a inclusão possa acontecer.

A implementação da ação educativa que possibilite a expansão de oportunidade está condicionada ao reconhecimento da diversidade – experiências e condições individuais – para propiciar a igualdade de acesso e de oportunidades, na tensão particularidade/generacidade. O desafio do trabalho docente está em efetivar o princípio da igualdade sem naturalizar as desigualdades e sem homogeneizar ou apagar as diferenças (Nogueira, 2010, p. 67).

Para Stainback e Stainback (1999), a educação inclusiva está alicerçada no respeito às diferenças, sendo a escola o espaço privilegiado para a prática da aceitação dessas diferenças e da igualdade de direitos. Nessa perspectiva, para reavaliar e reorganizar o fazer pedagógico acerca da inclusão. É imprescindível que sejam feitas discussões, trocas de ideias e experiências por parte dos profissionais envolvidos diretamente com as demandas escolares, com a finalidade de repensar sobre as estratégias de ensino diferenciadas, levando em consideração as dificuldades específicas dos alunos e como essas mudanças poderão impactar no processo de ensino e aprendizagem e, de certa forma, assegurar a todos os alunos inseridos no espaço escolar o direito e o acesso à aprendizagem independentemente da sua deficiência.

Somente planejamentos educacionais que se estruturam a partir da perspectiva da diferenciação, onde a individualização forma a base da atuação pedagógica, podem responder às necessidades de tais educandos, quer seja no contexto inclusivo ou em situações de escolarização especializada (Glat; Redig, 2012, p. 81).

Sendo assim, a proposta deste subcapítulo é propor uma reflexão teórica a partir das concepções de autores que contribuem para a escrita desta pesquisa e acreditam na permanência dos alunos com deficiência na sala de aula regular, buscando compreender como se dá esse processo de implementação nas escolas.

Dessa forma, as ideias propostas por Mantoan (1997), Pacheco (2007) e Sasaki (2006) destacam para a importância do olhar diferenciado e atento do ambiente educacional para as medidas de acolhimento e entendimento de como lidar com as diversidades existentes nesse seguimento e pressupõem que a equipe escolar desenvolva ações pedagógicas inovadoras e estratégicas que atendam às singularidades de cada aluno.

Ao avaliarmos propostas de ação educacional que visam à inclusão, encontramos habitualmente, nas orientações dessas ações, dimensões éticas conservadoras. Essas orientações, no geral, expressam-se pela tolerância e pelo respeito ao outro, que são sentimentos que precisamos analisar com mais cuidado, para entender o que podem esconder em suas entranhas (Mantoan, 2003, p. 19).

No ponto de vista de Mantoan (1997), Sassaki (2006) e Werneck (2002), existem diferenças conceituais entre os processos de integração e inclusão, pois são dois conceitos que deverão ser repensados e analisados de forma consistente para que não aconteça a supervalorização de um dos conceitos em detrimento do outro, ou seja, quando se fala em integração, a ideia principal é dar relevância somente para os aspectos sociais, comportamentais e sentimentais. Já o conceito da palavra inclusão deverá ser discutido e difundido nos espaços escolares como um conceito mais amplo, o qual garantirá o acesso aos conteúdos curriculares de forma adaptada ou adequada, espaços físicos planejados que atendam as deficiências, projetos de trabalho acerca da interação dos grupos, participação efetiva de todos os alunos, oportunizar momentos de trocas de experiências e conhecer as potencialidades de cada aluno, proporcionando a valorização necessária em vários ambientes de trabalho.

A inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência e / ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um [...] (Mantoan, 2003, p. 36).

Na intenção de buscar mais contribuições sobre as adequações ou adaptações curriculares, os estudos resultantes das pesquisas de Duarte (2020) evidenciam que a adaptação curricular é indispensável para a promoção da inclusão escolar, pois é um recurso pedagógico de extrema importância para o desenvolvimento educativo, pois respeita a heterogeneidade através da flexibilização do currículo escolar e, assim, permite que os alunos com necessidades educativas específicas sejam valorizados. Nesse sentido, a estratégia mencionada é fundamental para atender as demandas educativas. Além disso, as adaptações curriculares que devem estar expostas no PEI possibilitam que, através da flexibilização do currículo normativo, os alunos de inclusão possam usufruir de conteúdos e temas previstos nos planos de aula e suas singularidades sejam respeitadas.

5.7 Desafios da inclusão

Conforme já havíamos lido anteriormente, antigamente as escolas de ensino regular tinham a ideia de que os alunos com deficiência deveriam frequentar somente escolas de Educação Especial, segregando os alunos com dificuldades específicas dos alunos que eram considerados “ideais”, pois até então era a única opção existente para que esses alunos conseguissem desenvolver as habilidades a partir das suas especificidades. As escolas de educação especial fortaleciam cada vez mais o processo de exclusão desses alunos da sociedade. Segundo Mantoan (2003, p. 13):

Os sistemas escolares também estão montados a partir de um pensamento que recorta a realidade, que permite dividir os alunos em normais e deficientes, as modalidades de ensino em regular e especial, os professores em especialistas nesta e naquela manifestação das diferenças. A lógica dessa organização é marcada por uma visão determinista, mecanicista, formalista, reducionista, própria do pensamento científico moderno, que ignora o subjetivo, o afetivo, o criador, sem os quais não conseguimos romper com o velho modelo escolar para produzir a reviravolta que a inclusão impõe.

Diante do exposto, é notória a necessidade de uma efetiva educação inclusiva, pois os prejuízos causados pela exclusão dos alunos com deficiência são imensuráveis, conforme previsto na Declaração de Salamanca (Brasil, 1994).

Na Declaração de Salamanca está evidente a concepção de que todas as crianças têm direito a frequentar a escola de ensino regular e assim participar do processo de ensino e aprendizagem com as outras crianças da sua idade. Sendo assim, as escolas devem obrigatoriamente matricular os alunos com necessidades educacionais específicas, enfatizando a adequação dos espaços físicos e funcionais para atender à diversidade.

Esse processo de inclusão dos alunos com necessidades específicas nas salas de aula de ensino regular é discutido por vários autores. Maria Tereza Eglér Mantoan (2003), por exemplo, defende a ideia de que

o objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído, e o mote da inclusão, ao contrário, é o de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar. As escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades (Mantoan, 2003, p. 16).

Quando falamos em oportunidades acerca da educação inclusiva, estamos considerando a diversidade do ensino e aprendizagem, pois cada aluno que frequenta a escola possui habilidades e dificuldades, e cabe à escola oportunizar momentos de trocas, espaços adequados e recursos diferenciados. Mantoan (2003) nos diz o seguinte:

A escola prepara o futuro e, de certo que, se as crianças aprenderem a valorizar e a conviver com as diferenças nas salas de aula, serão adultos bem diferentes de nós, que temos de nos empenhar tanto para entender e viver a experiência da inclusão! (Mantoan, 2003, p. 48).

E, ainda, o processo de inclusão é muito mais amplo do que podemos imaginar, pois somente as reflexões que permeiam a prática docente não seriam suficientes em vista da sociedade que perpassa o contexto escolar.

6 O DESIGN EDUCACIONAL COMO SUPORTE PARA PLANEJAMENTO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO

A elaboração, implementação e avaliação de projetos educacionais constituem desafios substanciais para as instituições de ensino, exigindo ferramentas metodológicas robustas para sua concretização eficaz. Em resposta a tais desafios, identificados mediante análise detalhada da realidade educacional por intermédio de entrevistas, este estudo propõe o Design Educacional como uma solução metodológica inovadora. O DE, também conhecido por uma variedade de termos, como projeto instrucional, desenho didático, design educacional ou pedagógico, remete à engenharia pedagógica – um compêndio de estratégias metodológicas destinadas à estruturação de atividades educacionais. Esse conceito encapsula uma abordagem sistemática ao planejamento, desenvolvimento e implementação de experiências de ensino-aprendizagem, incorporando um espectro diversificado de métodos, técnicas e recursos didáticos destinados a otimizar os processos educacionais.

Em sua essência, o Design Educacional transcende a mera estética ou funcionalidade objetiva de produtos instrucionais, almejando a fusão entre forma e função para alcançar objetivos educacionais predeterminados. Nessa perspectiva, a instrução é entendida não apenas como transmissão de conhecimento, mas como um facilitador na construção do conhecimento por parte dos alunos, conforme postulado por Reigeluth e ecoado por Filatro (2007). Assim, o Design Educacional emerge como um recurso no âmbito do planejamento educacional para alunos com deficiência.

De acordo com Filatro (2007), o Design Educacional engloba uma série de ações intencionais e sistemáticas de ensino, abrangendo desde o planejamento inicial até a avaliação de eficácia, fundamentadas em princípios de aprendizagem e instrução consagrados. Essa abordagem estratégica visa não apenas identificar necessidades educacionais específicas, mas também desenvolver soluções didáticas integradas que respondam a essas necessidades de maneira coesa. As aplicações do Design Educacional variam em escopo, desde intervenções macro, que afetam a estrutura organizacional de instituições educacionais, até iniciativas micro, focadas na produção de materiais didáticos específicos.

Considerando a diversidade de contextos e requisitos educacionais, o Design Educacional pode assumir várias modalidades, desde abordagens tradicionais até modelos mais flexíveis e contextualizados, conforme delineado por Filatro (2003). No âmbito desta dissertação, o Design Educacional é posicionado como um pilar fundamental na pedagogia contemporânea, aplicável na concepção de cursos, aulas e materiais didáticos variados, servindo como alicerce para a proposta de um produto educacional inovador.

Moore e Kearsley (2008) enfatizam a necessidade de questionamentos criteriosos na organização de situações de aprendizagem mediadas por tecnologia, abordando desde a seleção de conteúdos até métodos de avaliação e feedback. Tais considerações são intrínsecas ao escopo do Design Educacional, evidenciando sua capacidade de fornecer respostas estruturadas a complexas questões educacionais.

6.1 Processo de construção do PEI e o Design Educacional

O processo de Design Educacional é frequentemente estruturado em fases, que podem ser iterativas, dependendo do modelo específico adotado. Um dos modelos mais conhecidos é o ADDIE, um acrônimo para Análise, Design, Desenvolvimento, Implementação e Avaliação. Na análise, busca-se identificar as dificuldades de aprendizagem, avaliação e história de vida do aluno. No design, deve-se especificar quais recursos serão utilizados, escolher métodos de instrução e projetar a estrutura e o formato do material educacional. No desenvolvimento, objetiva-se criar e produzir os materiais de aprendizagem, que podem incluir conteúdo digital, conteúdos adaptados, objetivos específicos, entre outros. Na implementação, executa-se o plano de ação com os estudantes, quais serão os locais indicados para as realizações de atividades específicas, como serão desenvolvidas as aulas práticas etc. E, por sua vez, na avaliação, obtêm-se informações para medir a eficácia das intervenções adaptadas através da avaliação do desempenho e análise dos resultados de aprendizagem.

6.2 O método ADDIE

Modelos de projeto educacional que auxiliam na construção e estruturação de cursos são representações que indicam o ponto de vista de como as pessoas aprendem, e podem ser utilizados como guias na construção de um Design Educacional (Herridge, 2015). O DE é um método de elaboração de experiências de aprendizagem que, na perspectiva da equipe escolar e dos familiares dos alunos, ajuda a preservar o conhecimento e a tornar o processo de aprendizado mais eficaz e atraente.

Existem vários modelos de Design Educacional, os mais populares são: Taxonomia de Bloom, o modelo ARCS, o modelo ágil e o método ADDIE. Para desenvolver um projeto educacional existem alguns métodos que descrevem a organização, o particionamento e a condução do aprendizado (Vahldick; Knaul, 2010), dentre eles estão o ADDIE, ASSURE, Gerlach e Ely, PIE, AIM-CID, DEI, 4C/ID, ILDF Online e Dick e Carey.

A sigla ADDIE significa *Analyze, Design, Develop, Implement e Evaluate*, sendo um método existente há mais de um século, que vem sendo aperfeiçoado ao longo do tempo. A princípio, foi desenvolvido e utilizado para atender demandas do exército norte-americano durante a Segunda Guerra Mundial.

Esse modelo aponta cinco fases de estudo, apresentadas de forma simples e concisa, como pode-se observar na Figura 1:

Figura 1: Fluxograma das cinco fases do Método ADDIE



Fonte: ilustração elaborada a partir do site Creately¹.

¹ Disponível em: <https://creately.com/pt/home/>.

Por essa razão, a escolha de utilizar o Design Educacional a partir do modelo ADDIE foi oportuna pelo fato de envolver as cinco etapas que serão primordiais para a criação do Planejamento Educacional Individualizado e, assim, proporcionar um documento no qual terá a história de vida do aluno, quais recursos serão utilizados para melhorar e consolidar o processo de ensino e aprendizagem, desenvolvimento acerca dos objetivos e planejamento, realização e implementação das propostas de ensino e avaliação das práticas pedagógicas. Para melhor compreensão sobre a elaboração do PEI a partir do DE utilizando o modelo ADDIE, seguem as explicações na sequência.

As etapas são descritas abaixo:

Etapa 1: **Análise**: é o momento de conduzir um levantamento detalhado de todos os objetivos de aprendizagem, das características do aluno, dos contextos inseridos, conteúdos e formas etc. Esta etapa é o momento do delineamento de objetivos, tendo como foco dos designers educacionais basicamente o público-alvo, com identificação de habilidades e conhecimentos desse, para fins de garantia de que não lhe seja redundantemente assuntos dos quais já têm conhecimento, mas sim introjetando novos tópicos e conteúdos que ainda não foram conhecidos (Filatro, 2008). Ainda engloba questões, tais como a avaliação global dos alunos, considerando dados pessoais e de nível cognitivo, como idade, nacionalidade, experiências anteriores e demais tópicos de interesse; quais as demandas desses alunos e o que eles devem atingir ao final da realização das etapas; ainda, considerar o que física e mentalmente se faz necessário em termos de capacidades, cognitivo, percepção e resposta à ação; verificação sobre qual tipo de ambiente é mais propício para a realização das atividades; e também é o momento de observar restrições que podem vir a afetar o andamento do plano de ação e, conseqüentemente, seus objetivos.

Etapa 2: **Design**: nesta etapa serão selecionadas todas as metas e ferramentas utilizadas para atingir o objetivo, recursos diferenciados, estruturas, analisando assuntos e plano de ação. Ainda nesta etapa serão estabelecidas ferramentas a serem usadas e o nível e tipo de tarefas a serem abordadas.

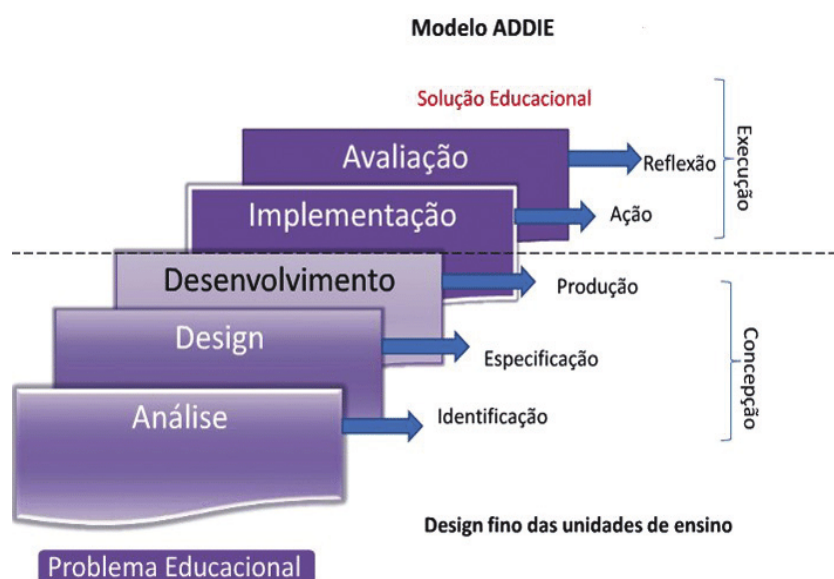
Etapa 3: **Desenvolvimento**: neste estágio acontece a utilização dos dados obtidos na Etapa 2 e apropriação desse material para elaborar um trabalho calçado no conhecimento que deve aplicado para os alunos de inclusão. Nesta etapa, põe-se em prática as ideias, tais quais se a estimativa de tempo está de acordo e é

consistente com o material a concluir, e, ainda, se o conteúdo está sendo concebido com base em cronograma pré-estipulado e se o material produzido está de acordo com o objetivo previsto. Neste passo do modelo são desenvolvidos todos os conteúdos e materiais didáticos, quando são criadas e estabelecidas as atividades de aprendizado e também os métodos que serão utilizados.

Etapa 4: **Implementação**: neste momento são estabelecidos quais locais da escola o aluno irá utilizar para a realização de instrumentos de avaliações e/ou a realização de atividades destinadas à sala de recursos e quais atividades irá desenvolver na sala de aula regular juntamente com os demais colegas. Esse é o momento de colocar em prática as atividades desenvolvidas de forma individualizada, sendo respeitadas as especificidades de cada estudante.

Etapa 5: **Avaliação**: nesta etapa será fundamental obter informações sobre o desenvolvimento e realização das atividades pedagógicas aplicadas e realizadas com os estudantes de inclusão, pois através de uma avaliação direcionada acerca das etapas aplicadas anteriormente, a equipe escolar conseguirá obter critérios de avaliação para que possa seguir em frente em relação as atividades propostas ou se deverá repensar estratégias diferenciadas para melhorar o desempenho dos alunos em determinadas áreas nas quais ainda não foi possível perceber a sua consolidação.

Figura 2: Fases do processo de design instrucional, segundo o método ADDIE



Fonte: Gava, Nobre e Sondermann (2014, p. 114).

Como apresentado na Figura 2, à cada etapa o método ADDIE vão sendo somadas informações relevantes que possibilitam prosseguir às etapas seguintes, como degraus de uma escada. É muito importante que a equipe escolar compreenda os indicadores desse processo e a avaliação das necessidades estabelecidas em cada etapa. É importante lembrar que o método ADDIE pode ser utilizado tanto do ponto de vista macro, para a elaboração de projetos completos, quanto em nível micro, para a produção de materiais isolados.

7 METODOLOGIA

Considerando que este trabalho se destina a compreender a singularidade do processo de inclusão, especificamente como o Planejamento Educacional Individualizado está sendo implantado e desenvolvido neste contexto, por essa razão a escolha por uma perspectiva qualitativa e quantitativa foram complementares e “centra-se sobretudo na interpretação, compreensão e explicação de significados, pretendendo, desta forma, aprofundar o conhecimento de uma dada situação num contexto específico e não formular generalizações” (Martins, 2011, p. 185).

As principais fontes de coleta de dados para a realização deste trabalho foram as ideias reveladas no encontro presencial, encontro online de forma individualizada através de entrevista semiestruturada com respostas abertas e questionário enviados através do Google Forms com perguntas objetivas e respostas diretas. Dessa forma foi possível compreender a realidade vivenciada no dia a dia dos profissionais envolvidos nesse seguimento.

O presente trabalho tem como finalidade implementar o método ADDIE como ferramenta para auxiliar os professores, bem como a equipe escolar, sobre a organização e implementação do planejamento educacional individualizado. A presente pesquisa tem uma abordagem descritiva e qualitativa, que segundo Minayo (2002, p. 21-22):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

O anseio desta pesquisa originou-se pela busca de respostas acerca da inclusão escolar e os desafios que preocupam e afetam o desenvolvimento dos estudantes que apresentam deficiência. Após a implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 (PNEE-EI/08) e a implementação das Salas de Recursos, a procura dos espaços escolares destinados ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) pelos alunos com deficiências tem tomado proporções bastante preocupantes para a atual realidade. A partir dessas inquietações, originou-se o objeto de estudo da pesquisa apresentada.

7.1 O público-alvo da pesquisa

Em busca de compreensão sobre o processo de inclusão, sua implementação, organização do trabalho e outros aspectos relacionados ao tema, foi realizado um questionário com perguntas estruturadas e respostas objetivas com seis professoras do Atendimento Educacional Especializado (AEE) das escolas do município de Pelotas e entrevista semiestruturada com respostas abertas realizadas de forma online com quatro professoras do Atendimento Educacional Especializado (AEE) das escolas da rede particular da cidade de Porto Alegre, a fim de entender e compreender como elas avaliam a elaboração do instrumento de avaliação e o Planejamento Educacional Especializado (PEI).

A escolha pela entrevista semiestruturada se deu pela importância salientada entre pesquisador e sujeitos pesquisados. De acordo com Ludke e André (1986, p. 33):

Mais do que outros instrumentos de pesquisa, que em geral estabelecem uma relação hierárquica entre pesquisador e o pesquisado, como na observação unidirecional, por exemplo, ou na aplicação de um questionário ou de técnicas projetivas, na entrevista a relação que se cria é de interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde. Especialmente nas entrevistas não totalmente estruturadas, onde não há a imposição de uma ordem rígida de questões, o entrevistador discorre sobre o tema proposto com base nas informações que ele detém e que no fundo são a verdadeira razão da entrevista. Na medida em que houver um clima de estímulo e de aceitação mútua, as informações fluirão de maneira notável e autêntica.

7.2 Coleta de dados e informações

Assim, a fase inicial da pesquisa empírica foi dedicada a convidar seis professoras do AEE de escolas distintas do município de Pelotas e quatro professoras do AEE de escolas distintas da cidade de Porto Alegre. Os sujeitos da pesquisa participaram de forma voluntária, após a decisão de contribuir na condição de fonte de dados.

Como critério de seleção intencional, além da condição de docente atuante, considerou-se a experiência de, no mínimo, um ano de atuação na sala de recursos. Como instrumento de coleta de dados, elegeu-se o questionário com perguntas estruturadas com respostas fechadas e entrevista semiestruturada com perguntas abertas, com o objetivo de conhecer melhor os sujeitos da pesquisa e nortear nossos

questionamentos. Triviños (1987) afirma:

A entrevista semi-estruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador (Triviños, 1987, p. 146).

As informações analisadas e coletadas através da entrevista estruturada e entrevista semiestruturada são apresentadas por meio de quadros, gráficos e análise descritiva, seguindo uma análise quantitativa e qualitativa dos dados obtidos.

De acordo com a análise de conteúdo, a primeira fase constitui-se na organização dos documentos e conhecimento do material que será analisado (dados coletados das pesquisas). A segunda fase da pesquisa é a exploração do material coletado, consistindo, essencialmente, na sua vertente qualitativa e quantitativa, na qual a avaliação do material coletado serve de suporte para captar o verdadeiro sentido do objetivo de estudo. A terceira e última fase é a do tratamento dos resultados obtidos, a inferência e a interpretação dos dados coletados, através da qual o pesquisador tem, à sua disposição, resultados significativos, bem como pontos positivos ou negativos do processo. Nas palavras do autor:

A discussão do plano de análise dos dados deve ter diversos componentes. O processo de análise de dados consiste de extrair sentido dos dados de texto e imagem. Envolve preparar os dados para análise, conduzir análises diferentes, aprofundar-se cada vez mais no entendimento dos dados, fazer representação dos dados e fazer uma interpretação do significado mais amplo dos dados (Creswell, 2007, p. 194).

A partir de então, o produto educacional chamado de “Planejamento Educacional Individualizado (PEI)”, que será apresentado através do Design Educacional, que é um planejamento, estruturação e explicação do documento através de um detalhamento e organização de forma didática. Assim, os professores poderão obter esse documento para que sejam preenchidos os dados do aluno, informações a respeito da sua história de vida/acadêmica e avaliações realizadas pelos alunos, pois sabemos da importância desse material bem estruturado e organizado para os alunos de inclusão, para que eles tenham um suporte necessário para amenizar suas dificuldades.

A pesquisa qualitativa busca contribuir para a busca de uma compreensão da realidade hoje vivenciada no contexto escolar, analisando as contribuições dos professores de AEE.

De acordo com Creswell (2017), a pesquisa qualitativa significa que o pesquisador filtra os dados através de uma lente pessoal situada em um momento sociopolítico e histórico específico. Não é possível evitar as interpretações pessoais na análise de dados qualitativos.

Para tanto, foi feita a pesquisa bibliográfica, a fim de realizar e produzir a parte teórica que fundamentou o trabalho, oferecendo sustentação da formação do conhecimento através dos estudos de referências bibliográficas relacionadas ao tema, livros, artigos científicos, dissertações, entre outros, compreendendo como tem sido realizada as flexibilizações e/ou adequações curriculares através do Planejamento Educacional Individualizado.

8 RESULTADOS

O percurso investigativo teve início com o contato via WhatsApp entre a pesquisadora e as seis professoras escolhidas que trabalham diretamente no Atendimento Educacional Especializado na cidade de Pelotas e as quatro professoras escolhidas que trabalham diretamente no Atendimento Educacional Especializado da cidade de Porto Alegre, com o intuito de delinear da melhor forma a concretização do trabalho.

Num primeiro momento foi explicado através de áudio via WhatsApp quais seriam as intenções da pesquisa, quais objetivos e a importância da participação das convidadas. Sendo assim, foi encaminhado através do Google Forms e enviado diretamente pelo WhatsApp um questionário individual composto por perguntas estruturadas com o propósito de coletar dados importantes para a estruturação do produto educacional. Após os questionários serem realizados, foram enviados para o meu e-mail pessoal.

Num segundo momento, foi feito contato via WhatsApp para um encontro presencial entre as participantes e a pesquisadora, a fim de trocarem ideias, experiências acerca do Planejamento Educacional Especializado e para que a pesquisadora apresentasse o seu produto educacional e suas contribuições para a inclusão dos alunos com deficiência.

Num terceiro momento, foi feito contato também via WhatsApp com as quatro professoras que atendem os alunos com deficiência em escolas distintas da rede privada da cidade de Porto Alegre. Sendo assim, os encontros foram individualizados e de forma online, com duração de 1h30 cada.

8.1 Resultados do formulário de pesquisa

Os sujeitos da pesquisa estruturada são seis professoras do Atendimento Educacional Especializado que atendem os alunos com deficiência em escolas distintas do município de Pelotas. Adotou-se o Google Forms para construir e encaminhar o questionário. Os dados obtidos são apresentados através dos gráficos a seguir:

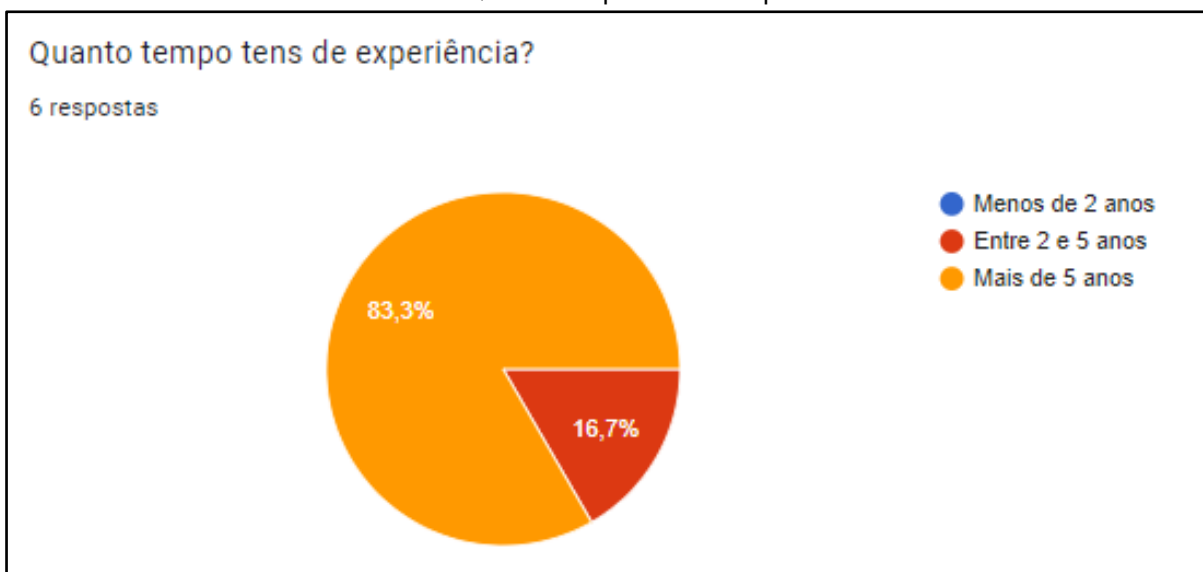
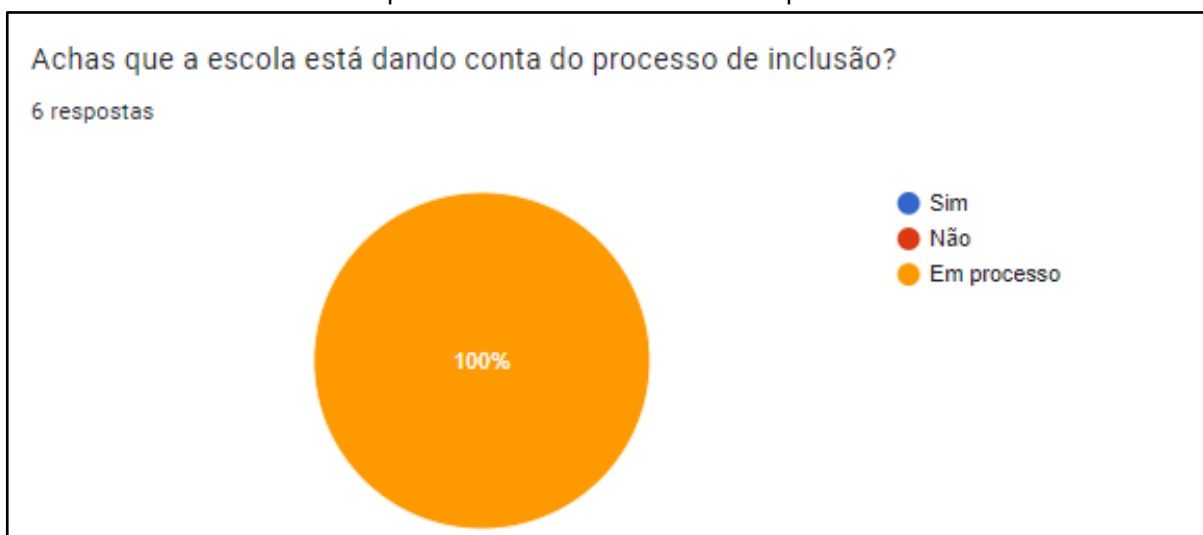
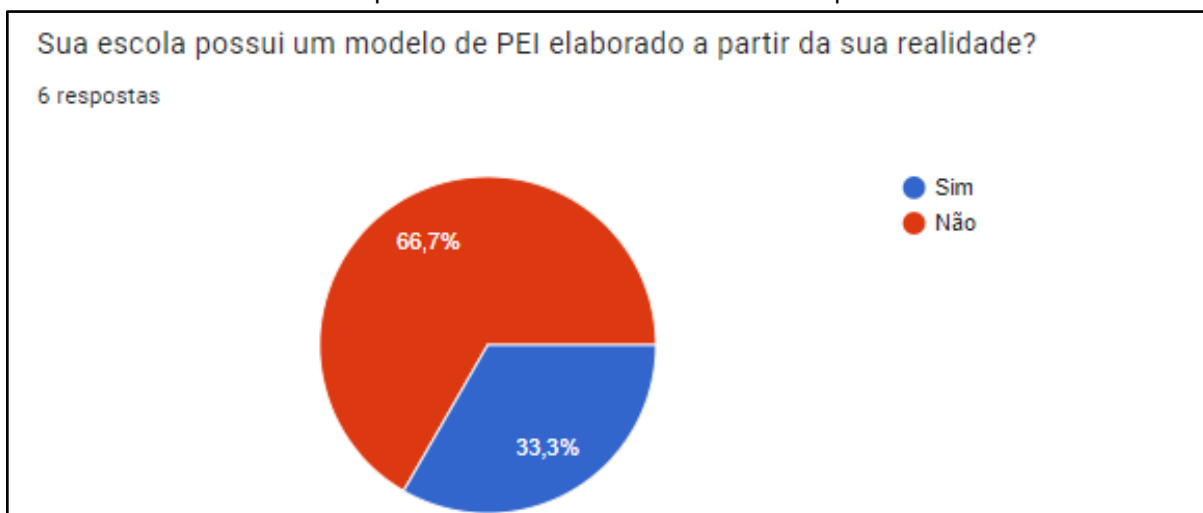
Gráfico 1: Quanto tempo tens de experiência?**Gráfico 2:** Achas que a escola está dando conta do processo de inclusão?**Gráfico 3:** Sua escola possui um modelo de PEI elaborado a partir da sua realidade?

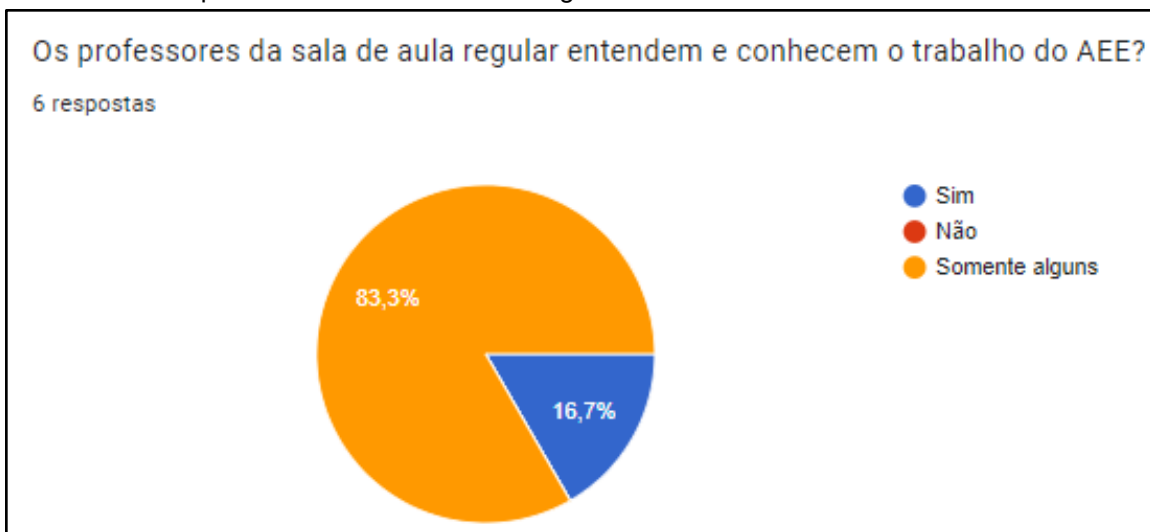
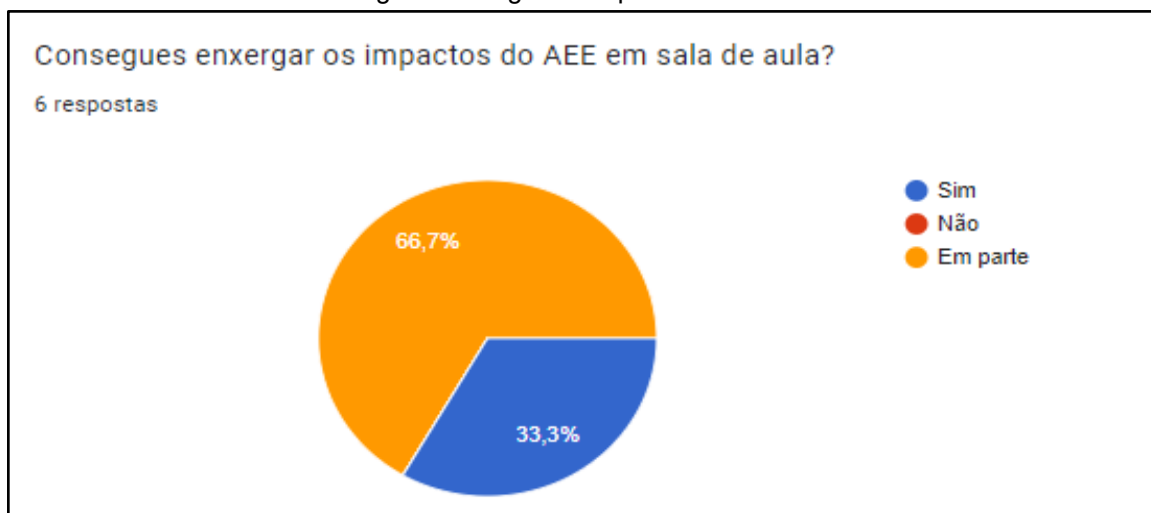
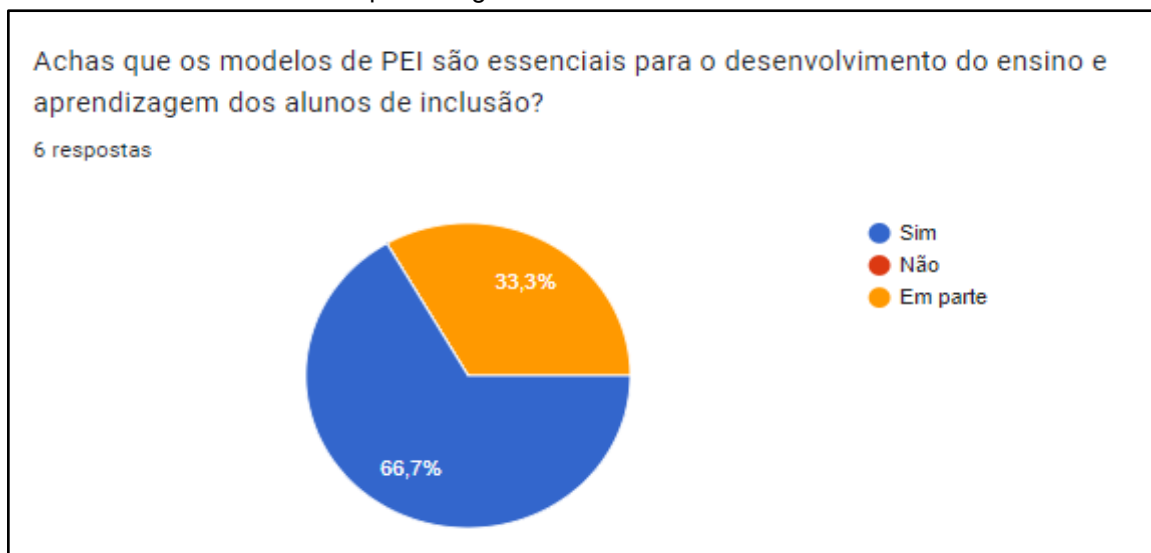
Gráfico 4: Os professores da sala de aula regular entendem e conhecem o trabalho do AEE?**Gráfico 5:** Consegues enxergar os impactos do AEE em sala de aula?**Gráfico 6:** Achas que os modelos de PEI são essenciais para o desenvolvimento do ensino e aprendizagem dos alunos de inclusão?

Gráfico 7: O PEI na sua escola é elaborado com a participação efetiva da escola e família?

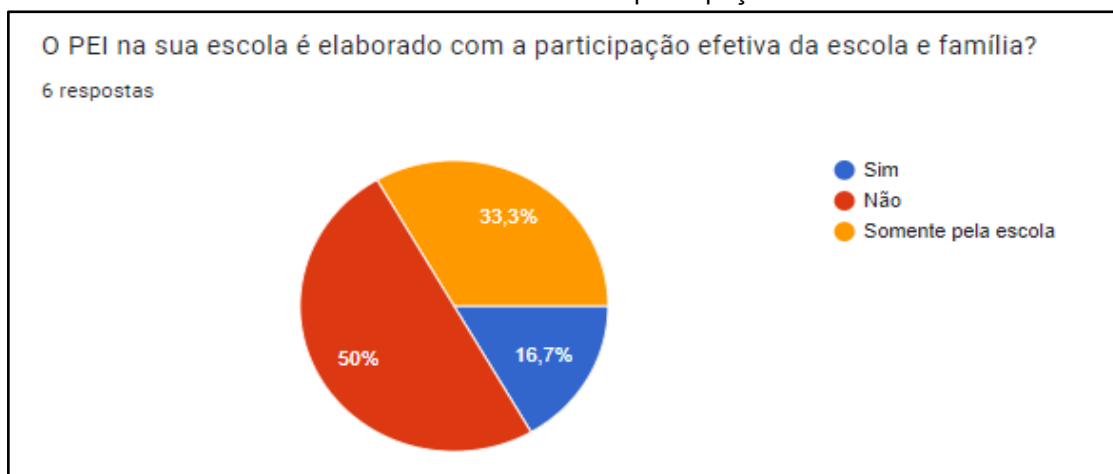


Gráfico 8: Achas que as etapas de análise dos dados do aluno, desenvolvimento e avaliação estão bem definidas no documento do PEI?

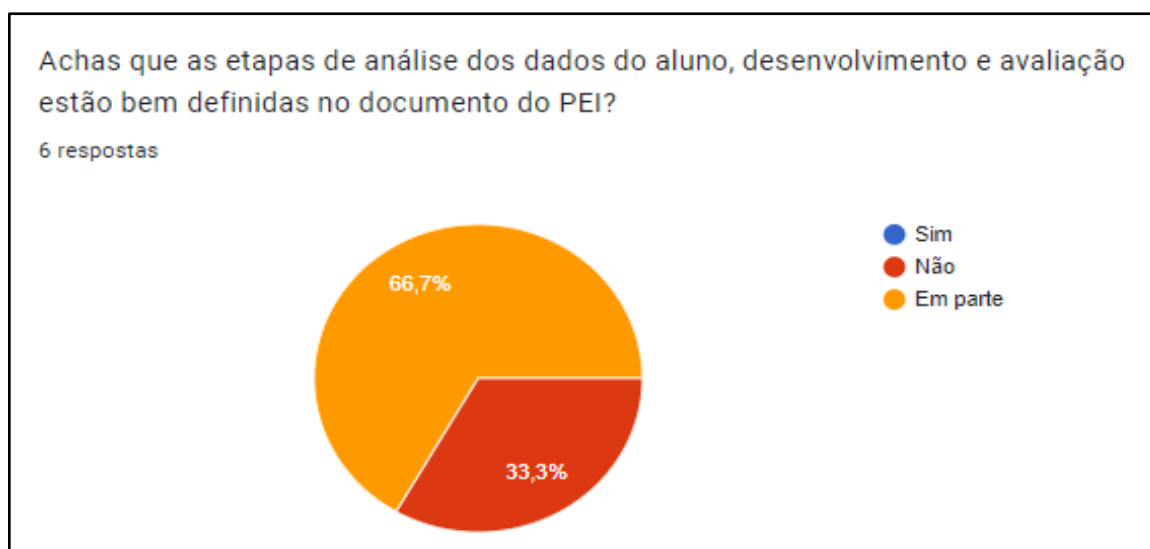


Gráfico 9: Acreditas que o PEI seja o documento fundamental no processo de ensino e aprendizagem dos alunos de inclusão?

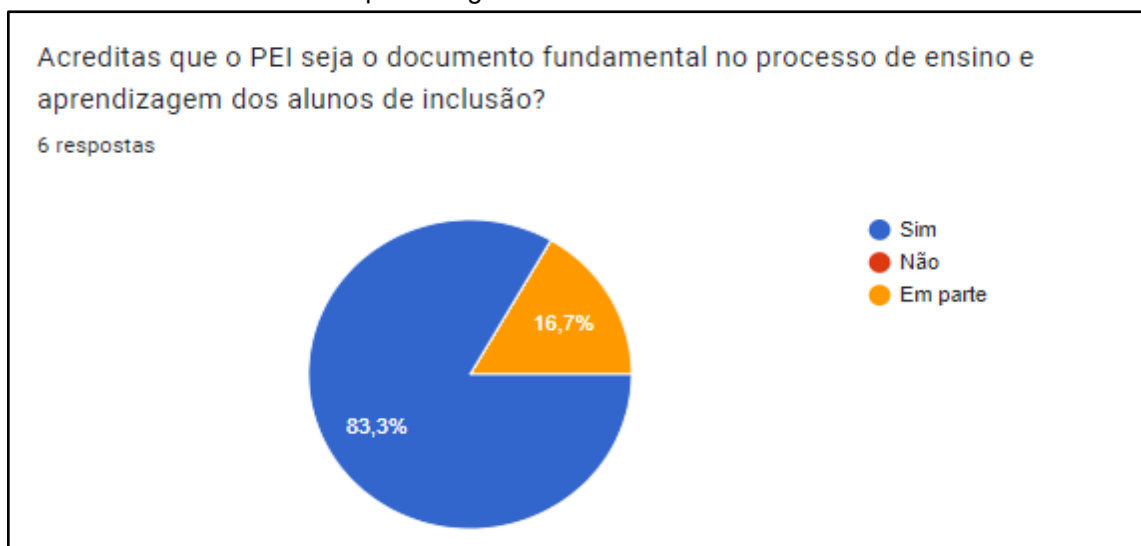
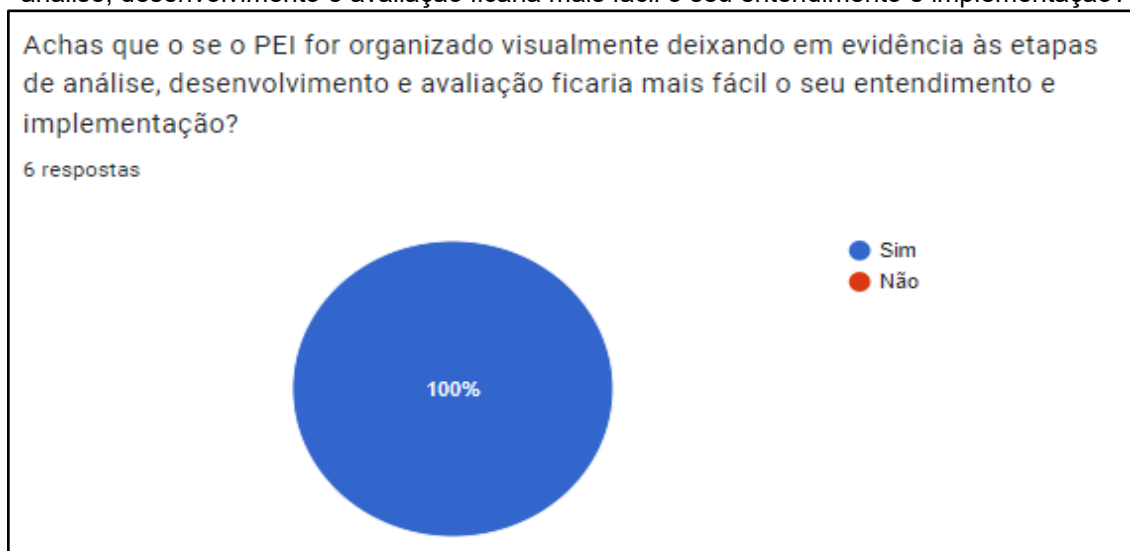


Gráfico 10: Achas que se o PEI for organizado visualmente deixando em evidência as etapas de análise, desenvolvimento e avaliação ficaria mais fácil o seu entendimento e implementação?



8.2 Relato dos encontros

O encontro presencial foi realizado no meu consultório psicopedagógico, no qual participaram quatro professoras do AEE. Iniciei fazendo a minha apresentação, salientando a justificativa da escolha deste tema, bem como o seu propósito, e agradecendo a disponibilidade e a contribuição de cada uma para a minha investigação.

Logo após, passou-se ao estabelecimento de um diálogo que girou em torno das questões que propus discutir no grupo, sendo essencial para a continuidade do meu trabalho e demais assuntos que emergiram durante o diálogo. O diálogo ocorreu em clima de descontração e muitas vezes em clima de preocupação a respeito da responsabilidade de cada uma diante das especificidades encontradas no processo de inclusão.

Perguntei inicialmente: Quais são as dificuldades encontradas para a elaboração do Planejamento Educacional Especializado?

As professoras comentaram que os maiores desafios encontrados para a elaboração do documento é justamente a falta de apoio e participação dos professores de área, pelo fato de não conseguirem permanecer mais de 40 minutos em cada aula, e isso acaba por não conseguirem estabelecer vínculo direto com os alunos de inclusão, pois na maioria dos casos os alunos com deficiência estão frequentando a sala de aula, mas não conseguem alcançar os objetivos propostos para ano/série em

questão. Por essa razão, as adaptações curriculares, as quais necessitam ser de forma individualizada, são cada vez mais difíceis de serem implementadas. Também comentaram que não há um modelo específico de PEI e, principalmente, o seguimento desse documento para os próximos anos que virão.

Questionei: Sobre o apoio recebido pelos professores da sala de aula regular e pela equipe gestora da escola em relação as tomadas de decisões e implementação do Planejamento Educacional Individualizado.

A maioria das professoras compartilhou do mesmo sentimento de solidão dentro do contexto escolar, pelo fato de ficarem isoladas, muitas vezes sobrecarregas, pelas demandas e documentos formais que são necessários serem preenchidos para o andamento e seguimento do seu trabalho. Conversamos bastante a respeito desse assunto e sobre a importância da escola em fazer o papel de sensibilização, comprometimento por parte dos professores e demais colegas de trabalho para que todos possam contribuir de forma positiva e saberem auxiliar os alunos que tanto necessitam de apoio pedagógico e social.

Questionei: Como a família participa neste processo de elaboração e implementação do Planejamento Educacional Individualizado?

As famílias pouco participam desse processo, muitas vezes recebem o documento por sua própria exigência, mas a maioria não toma conhecimento de como foi feita a sua elaboração.

Questionei: No Planejamento Educacional Individualizado, o qual cada professora do atendimento educacional especializado elabora pensando individualmente em cada aluno com deficiência, possui bem determinados os passos fundamentais para a sua elaboração, como análise (identificação das dificuldades), design (especificação dos recursos utilizados), desenvolvimento (produção dos recursos), implementação (ação/aplicação) e avaliação (reflexão e reavaliação)?

As professoras responderam que não ocorre uma separação visualmente falando das etapas que são fundamentais para a elaboração do documento, pois na maioria das vezes é feita uma triagem sobre as dificuldades e potencialidades do aluno. Após, é elaborado um plano de ação, no qual irá constar quais recursos e estratégias serão utilizadas, mas de fato não é um documento claro em relação às etapas e suas definições. Sendo assim, após cada ano é feito um novo documento, o qual, na maioria dos casos, não é feito a partir das informações já obtidas no ano

anterior para que se faça os ajustes necessários para complementar os saberes adquiridos ou mesmo aqueles que precisam ser retomados.

Figura 3: Apresentação do Planejamento Educacional Individualizado



Figura 4: Conversa informal sobre o assunto pertinente



Figura 5: Entrega de um mimo em agradecimento à participação das colegas



Após o encontro informal de forma presencial mencionado acima, fiz contato via WhatsApp com quatro professoras que atendem na sala de Atendimento Educacional Especializado da cidade de Porto Alegre, sendo os telefones repassados através de um grupo de WhatsApp no qual participo.

Foi possível marcarmos reuniões individualizadas e de forma online com cada uma das professoras convidadas. As perguntas foram as mesmas disponibilizadas no questionário enviado pelo Google Forms para as professoras do município de Pelotas, porém, as respostas foram abertas e gravadas com o consentimento das participantes. A escolha pela participação de um grupo de um lugar distinto foi justamente para que fosse feita uma análise sobre a implementação do Planejamento Educacional Individualizado em contextos diferentes e escolas com recursos financeiros dissemelhantes.

Perguntei, inicialmente: Quanto tempo tens de experiência?

Professora A: *Trabalho há mais de 15 anos na minha escola atual, porém, no AEE trabalho há cinco anos.*

Professora B: *Estou na escola mais ou menos há 10 anos e na sala de recursos somente três anos.*

Professora C: *Tenho o maior carinho pela escola onde trabalho há mais de oito anos, sendo que somente no ano de 2021 assumi de fato a sala de recursos.*

Professora D: *Sempre trabalhei em escolas desde os meus 20 anos, porém, estou há 12 anos na mesma escola e continuo ministrando minhas aulas no segundo ano do ensino fundamental e no turno inverso atendo os alunos do AEE.*

Perguntei: Achas que a escola está dando conta do processo de inclusão?

Professora A: *Na minha opinião ainda temos um caminho longo pela frente, pois ainda tem muitas pessoas que não apoiam e não acreditam na inclusão e por essa razão se torna cada vez mais difícil a caminhada.*

Professora B: *Acho que muitas vezes as famílias “jogam” as dificuldades dos filhos somente para a escola dar conta das demandas e acabam esquecendo que somos uma rede de apoio e os professores estão cansados de teoria e muitas vezes cobram ideias práticas do seu cotidiano.*

Professora C: *É uma caminhada com vários obstáculos, acho que a escola tenta dar conta do recado, mas de fato ainda não está totalmente preparada,*

principalmente falando sobre alguns professores que, além de não vivenciarem a inclusão, ainda dificultam e acabam influenciando os demais colegas.

Professora D: *Quando o assunto é inclusão, acredito que nenhuma escola esteja totalmente preparada, pois falta muitas vezes formações continuadas, falta de vontade por parte da equipe diretiva e alguns professores.*

Perguntei: Sua escola possui um modelo de PEI elaborado a partir da sua realidade?

Professora A: *Possui um modelo de PEI que era utilizado desde a primeira professora da sala de recursos que atendia na escola. Por essa razão, ele ainda não está em um sistema ou programa de computador, então, são feitas cópias e preenchidos manualmente.*

Professora B: *Sim, existe um modelo de PEI, o qual eu pessoalmente implementei e organizei, não encontrei um modelo adequado para as demandas da escola, por essa razão, fiz recortes de um com recortes de outros e consegui elaborar o plano.*

Professora C: *Sim, a escola consegue manter semanalmente encontros sistemáticos para discutir assuntos relacionados ao PEI, claro que cada semana conseguimos reunir um pequeno grupo de professores e mais a equipe escolar para discutirmos os objetivos e estratégias de trabalho.*

Professora D: *A minha escola possui o PEI, porém, ainda não é o modelo que gostaríamos que fosse, pois ele é muito complexo e a equipe escolar não está muito aberta e preparada para mudanças, sendo assim, não tenho autonomia para essas modificações.*

Perguntei: Os professores da sala de aula regular entendem e conhecem o trabalho do AEE?

Professora A: *Na verdade, eu, enquanto professora responsável pela parte da inclusão e implementação de estratégias e recursos, tento ao máximo trazer os meus colegas para o compromisso de trabalhar em equipe juntamente comigo como apoio, mas de fato alguns colegas não fazem questão de fazer parte deste universo com tantos desafios e possibilidades, pois querem mais ideias de materiais e recursos pedagógicos.*

Professora B: *A grande maioria entende sim, acham muito difícil também, porém, os professores que possuem boa vontade de ajudar e auxiliar os alunos com dificuldades fazem muito bem feito sua parte.*

Professora C: *A escola como um todo, não somente a minha parte como responsável técnica do AEE, possui uma preocupação muito grande a respeito da inclusão e principalmente em auxiliar na preparação de materiais pedagógicos, tentamos fazer formações continuadas sempre que possível, mas alguns professores ainda não aceitam e não fazem questão de tentar entender o processo inclusivo.*

Professora D: *Sempre que possível tento fomentar a importância e o comprometimento dos professores da sala de aula regular, porém, sinto que a equipe diretiva da escola não consegue dar a liberdade e autonomia que tanto necessito, a escola infelizmente ainda é muito apegada aos valores que os pais querem que a escola tenha.*

Perguntei: *Consegues enxergar os impactos do AEE em sala de aula?*

Professora A: *Vejo que, na maioria das vezes, o professor auxiliar é quem de fato consegue realizar as estratégias definidas no PEI, pelo fato de serem turmas numerosas, os professores não estão dando conta e na maioria das vezes esperam receber os materiais adaptados prontos.*

Professora B: *Em alguns casos sim e outros não. Os professores que acreditam na inclusão como processo importante para o desenvolvimento dos alunos que nela estejam incluídos, fazem muito bem feito, conseguem adaptar os materiais sugeridos, conseguem trazer e elaborar recursos visuais, os quais fazem toda a diferença no processo de ensino-aprendizagem dos alunos com dificuldades.*

Professora C: *Na medida do possível ouvimos as frustrações e dificuldades dos professores em conseguirem implementar o PEI e principalmente em elaborar e criar os materiais e atividades que servirão de apoio para os alunos com dificuldade, e sempre tentamos juntos com os professores e equipe diretiva analisar as condições de cada aluno.*

Professora D: *Percebo em parte, porém, a equipe diretiva não apoia o trabalho inclusivo, me sinto solitária nesse universo tão bonito e importante para os alunos com dificuldades.*

Perguntei: *Achas que os modelos de PEI são essenciais para o desenvolvimento do ensino e aprendizagem dos alunos de inclusão?*

Professora A: *O PEI apoia os professores e os alunos no processo, porém, é essencial que todos consigam seguir e aprimorar seus conceitos acerca desse documento norteador.*

Professora B: *Com certeza é essencial e fundamental no processo, pois sem planejamento, estratégias e avaliação o trabalho não conseguiria seguir seu fluxo, levando em consideração as dificuldades encontradas em cada aluno.*

Professora C: *Sem dúvida é o documento que melhor apoia a família, o aluno e os professores, pois sem um documento no qual estejam as dificuldades e possibilidades encontradas em cada aluno, como os professores iriam conseguir planejar, implementar e avaliar as estratégias de ensino existentes no PEI?*

Professora D: *Minha vontade é que de fato o PEI seja levado a sério e que a equipe diretiva da minha escola consiga perceber seu valor e importância, pois ainda a minha luta é diária, na tentativa de mostrar o PEI como um aliado e não “um bicho de sete cabeças” que a maioria dos professores acredita que seja.*

Perguntei: *O PEI na sua escola é elaborado com a participação efetiva da escola e família?*

Professora A: *Todos os professores são convidados a participarem da elaboração do PEI. Eu faço a avaliação inicial específica as áreas do conhecimento e depois repasso para os professores fazerem as suas colocações e sugerirem formas de recursos e adaptações necessárias. Faço anamnese com as famílias para saber mais a respeito dos interesses e dificuldades dos seus filhos.*

Professora B: *Na maioria das vezes somente a escola participa efetivamente da elaboração do PEI e somente no início do ano letivo que os pais comparecem na escola e consigo de fato fazer uma triagem a respeito da elaboração e implementação do PEI.*

Professora C: *A cada semestre a equipe diretiva “senta” com os professores e com os pais separadamente dos alunos de inclusão, e neste momento de trocas conversamos sobre o processo de aprendizagem, como melhorar o planejamento e avaliação, destacando os pontos positivos e negativos desse processo.*

Professora D: *Infelizmente a minha escola deixa somente comigo todas as questões relacionadas à inclusão, não consigo fazer reuniões com os pais e com os professores, pois a escola mantém meu cargo somente por exigência burocrática.*

Perguntei: Achas que as etapas de análise dos dados dos alunos, desenvolvimento e avaliação estão bem definidas no documento do PEI?

Professora A: *Como já havia comentado anteriormente, tento envolver ao máximo os meus colegas professores para o planejamento do PEI, mas infelizmente, na maioria dos casos, eu mesma quem planejo e posso dizer com sinceridade que vejo o documento como único e todas as etapas unidas. Eu sei exatamente identificar dentro do documento as etapas elaboradas, mas os professores e familiares não conseguiriam, com certeza.*

Professora B: *Li com muito cuidado o produto educacional elaborado pela pesquisadora e de fato consegui entender a importância de as etapas estarem bem definidas no planejamento, pois sendo assim fica mais claro o entendimento e principalmente a compreensão de como os resultados foram estabelecidos.*

Professora C: *Acho que realmente as etapas bem definidas do processo de análise e implementação são fundamentais, pois assim as pessoas envolvidas no processo de inclusão poderão perceber e aprimorar seu planejamento.*

Professora D: *Em alguns modelos de PEI as etapas aparecem mais evidentes, porém, o modelo no qual escolhi trabalhar não tem definidas as etapas.*

Perguntei: Acreditas que o PEI seja o documento fundamental no processo de ensino e aprendizagem dos alunos de inclusão?

Professora A: *Sempre acreditei que o PEI fosse o documento norteador de todo o processo, porém, de nada adianta ter o documento bem elaborado se não for bem implementado.*

Professora B: *Sem dúvidas, sem o PEI o trabalho fica perdido.*

Professora C: *Com certeza, o PEI é o documento fundamental para o processo de ensino e aprendizagem, acredito que tanto os alunos com dificuldades quanto os professores se beneficiam desse documento.*

Professora D: *Eu de fato acredito nesse documento norteador, porém, as instituições de ensino devem acreditar e apoiar toda a equipe escolar para que o PEI seja implementado e realizado com o olhar de todos.*

Perguntei: Achas que se o PEI for organizado visualmente deixando em evidência as etapas de análise, desenvolvimento e avaliação ficaria mais fácil seu entendimento e implementação?

Professora A: *Com certeza.*

Professora B: *Sem dúvidas.*

Professora C: *Sim.*

Professora D: *Com toda certeza.*

9 PROPOSTA DE PRODUTO EDUCACIONAL

O mestrado profissional tem como principal objetivo para a conclusão do curso a entrega de um Produto Educacional que tem como finalidade sintetizar os resultados da pesquisa aplicada e assim permitir que outros profissionais repliquem o método, na expectativa de alcançar resultados positivos.

O propósito do produto (APÊNDICE A) desta dissertação é desenvolver um documento com o objetivo de apoiar a construção do PEI com base no método ADDIE do Design Educacional. Assim, ao final de cada trimestre ou semestre, dependendo da organização de cada instituição de ensino, os professores e demais membros da equipe gestora escolar irão fazer uma avaliação dos recursos e didáticas aplicadas, afim de avançar quanto aos objetivos e níveis de aprendizagem ou até mesmo modificar as estratégias determinadas e repensar novas formas de oportunizar o ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência.

O produto educacional é um documento para apoio na construção do Planejamento Educacional Individualizado, o qual deverá se constituir em uma oportunidade para conhecer o aluno de inclusão a partir de uma avaliação individualizada. Com base na avaliação, os professores, bem como a equipe escolar, terão condições de preparar recursos e técnicas fundamentais no processo de ensino e aprendizagem dos alunos de inclusão.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da pesquisa realizada, percebemos a importância do Planejamento Educacional Individualizado ser o documento norteador do fazer pedagógico. Sendo assim, após os encontros presenciais com as professoras que atendem diretamente o AEE, foi possível perceber que as inquietudes relacionadas à falta de comprometimento de alguns professores e até mesmo da equipe acabam impedindo o desenvolvimento do processo de inclusão.

No que diz respeito à formação dos profissionais, sendo esse assunto lembrando nas conversas, é possível refletir sobre os reais objetivos dessas formações, pois muitas vezes os professores participam ativamente, mas no momento de colocar em prática seus conhecimentos, acabam falhando ou simplesmente desistindo. Portanto, essas questões relacionadas à falta de comprometimento e dificuldade em realizar recursos e estratégias específicas para um único aluno ou um grupo de alunos que apresentam dificuldades específicas fomentou a ideia de futuramente seguir este trabalho de pesquisa voltado para a realização de um portfólio contendo ideias práticas do cotidiano de sala de aula acerca das flexibilizações e/ou adaptações pedagógicas, levando em consideração as especificidades de cada aluno. Vale ressaltar que este material a ser elaborado e realizado na sequência servirá de apoio para que os professores possam elaborar seus próprios recursos e estratégias a partir das representações descritas no portfólio.

Neste trabalho tivemos como objetivo oportunizar aos estudantes que apresentam algum tipo de deficiência, um trabalho elaborado por parte da equipe escolar a partir das especificidades de cada estudante no processo de inclusão. Para isso, foi utilizado o material que disponibilizado através de uma “Recomendação para a Construção do Planejamento Educacional Individualizado com suporte do Design Instrucional” (APÊNDICE A). Para mapear os pontos fortes e oportunidades bem como os pontos fracos e as ameaças foi utilizada a Matriz SWOT. Essa análise foi importante para a definição das perguntas selecionadas para o questionário da entrevista semiestruturada.

Figura 6: Matriz SWO

Matriz Swot para Análise Estratégica

Forças (+)		Oportunidades (+)	
1	Direito das pessoas com deficiência.	1	Abordagem centrada no aluno.
2	Inclusão da família nas tomadas de decisões.	2	Estabelecer rotinas e recursos flexibilizados.
3		3	Criar um ambiente inclusivo.
4		4	Melhorar a interação social.
5		5	Proporcionar suporte individualizado.

Fraquezas (-)		Ameaças (-)	
1	Falta de informações sobre o processo de inclusão.	1	Não seguimento do planejamento educacional.
2	Carência de materiais e recursos.	2	Avaliação com pouco aprofundamento.
3	Poucas oportunidades de formação continuada.	3	
4		4	
5		5	

10.1 Riscos

A presente pesquisa possui risco médio à integridade dos participantes, pois após a avaliação das habilidades e dificuldades dos alunos, a equipe escolar deverá planejar de forma específica e individualizada as atividades e os recursos que serão utilizados para apoiar as variadas formas de aprendizagem. Se de fato as flexibilizações e adaptações não acontecerem na forma esperada, os alunos terão prejuízos e podem regredir nos aspectos acadêmicos e comportamentais. O PEI tem como principal finalidade o seu planejamento, execução e avaliação, sendo esse um documento flexível às possíveis mudanças de estratégias, por essa razão, a sua implementação deverá seguir conforme a programação inicial.

10.2 Benefícios

O PEI implementado traz benefícios a todos os participantes. Os alunos de inclusão, terão suas dificuldades e limitações respeitados, e o documento será o apoio e referência para o professor e seu fazer pedagógico. Os objetivos específicos avaliações sistemáticas e os recursos diferenciados servirão de embasamento para os próximos planejamentos e para as possíveis modificações de estratégias. Sendo assim, os alunos, a equipe escolar e os familiares ficarão mais seguros e apoiados em relação à vida escolar dos seus filhos. O processo de implementação do PEI,

através do Design Educacional, sistematiza e oportuniza um crescimento emocional, cognitivo, social e comportamental de todos os envolvidos nesse processo.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F. Inclusão social e municipalização. *In*: MANZINI, E.J. (org.). **Educação Especial temas atuais**. Marília: Marília Publicações, 2000.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Secretaria de Educação Especial/MEC, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2024.

BRASIL. **Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2008. Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/legislacao/ConvenoDireitosPessoasDeficinciaComentada.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2024.

BRASIL. **Resolução n.º 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília: Ministério da Educação, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 22 jul. 2024.

BRASIL. **Decreto n.º 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 22 jul. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015**. Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

BRITO, T.; BASSI, V. M. de. O plano educacional individualizado e a escolarização dos alunos com deficiência intelectual: políticas e práticas. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 24, n. esp2, p. 1015-1034, 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/14329>. Acesso em: 4 set. 2024.

CAPELLINI, V. L. M. F.; ZERBATO, A. P. **O que é o ensino Colaborativo?** São Paulo: Edicon, 2019.

CARVALHO, E. N. S. de. Adaptações curriculares: uma necessidade. *In*: BRASIL. **Educação Especial: tendências atuais**. Salto para o Futuro. Brasília: MEC/SEED, 1999.

CHIOTE, F. de A. B. **Inclusão da criança com autismo na educação infantil**. Trabalhando a mediação pedagógica. Rio de Janeiro: Wak, 2013.

CONVENÇÃO DE GUATEMALA. 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/guatemala.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2023.

COSTA, D. da S.; SCHMIDT, C.; CAMARGO, S. P. H. Plano Educacional Individualizado: implementação e influência no trabalho colaborativo para a inclusão de alunos com autismo. **Rev Bras Educ**, n. 28, e280098, 2023.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa**. Métodos qualitativos, quantitativos e misto. 2. ed. Porto Alegre: Editora Penso, 2007.

CUNHA, E. **Autismo e inclusão**. 4. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. 1994. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2023.

DUARTE, L. E. R. **Possibilidades de adaptações curriculares para crianças com espectro autista do ensino fundamental**. 2020. 123f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/27211>. Acesso em: 11 abr. 2023.

FILATRO, A. C. **Design instrucional contextualizado**: articulação entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem on-line. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

FILATRO, A. C. **Planejamento, design, implementação e avaliação de programas de educação on-line**. Curitiba: Escola de Governo do Paraná, ago. 2007.

GAVA, T. B. S.; NOBRE, I. A. M.; SONDERMANN, D. V. C. O modelo ADDIE na construção colaborativa de disciplinas a distância. **Informática na educação: teoria e prática**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 111-124, jan./jun. 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/332748997_O_modelo_ADDIE_na_construcao_colaborativa_de_disciplinas_a_distancia. Acesso em: 20 jul. 2024.

GUADAGNINO, K. dos S. **Saberes docentes e práticas pedagógicas que favorecem a inclusão da criança com deficiência na educação infantil**. 2021. 160f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Marília, 2021. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/202762/guadagnino_ks_me_mar.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 11 abr. 2023.

HAAS, C. (org.). **Cotidianos de Inclusão Escolar na Educação Básica e Profissional**: a acessibilidade curricular como diretriz da ação pedagógica. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. Disponível em: <https://pedrojoaoeditores.com.br/wp-content/uploads/2022/01/Cotidianos-de-inclusao-escolar-1-1.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2024.

KLING, F. O que são salas de recursos multifuncionais e como está sua implantação? **Fundação Feac**, 2022. Disponível em: <https://feac.org.br/o-que-sao-salas-de-recursos-multifuncionais-e-como-esta-sua-implantacao/>. Acesso em: 20 jul. 2024.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, M. T. E. **Ser ou estar**: eis a questão. Explicando o déficit intelectual. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

MARTINS, M. C. do E. S. **O desenvolvimento profissional de professores do 1.º ciclo do ensino básico**: contributo da participação num programa de formação contínua em matemática. 2011. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011.

MINAYO. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2002.

NOVAES, A. F. **Inclusão**: Adequação curricular para qualificar a atuação pedagógica. São Paulo: Edicon, 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração Universal dos Direitos Humanos. **ONU**, 1948. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/translations/portuguese?LangID=por>. Acesso em: 20 jul. 2024.

ORRÚ, S. E. **Estudantes com necessidades especiais**: Singularidades e desafios na prática pedagógica inclusiva. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

PACHECO, J. **Caminhos para a Inclusão**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PACHECO, J. A.; VIEIRA, A. P. Europeização do currículo: para uma análise das políticas educativas e curriculares. *In*: MOREIRA, A. F.; PACHECO, J. A. (orgs.). **Globalização e educação**: desafios para as políticas e práticas. Porto: Porto Editora, 2006. p. 87-126.

PAIVA JUNIOR, F. de. **Autismo** – Não espere, Aja Logo. São Paulo: M. Books, 2012.

PEZZI, J. G. V. **Professoras iniciantes e inclusão na educação infantil**: diálogos sobre trabalho e formação docente. 2017. 231f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Univille, Joinville, 2017. Disponível em: https://www.univille.edu.br/account/mestradoedu/VirtualDisk.html/downloadDirect/1168107/Jaqueline_Grasiele_Vieira_Pezzi.pdf. Acesso em: 11 abr. 2023.

PORTAL DA EDUCAÇÃO. Retrospecto histórico da pessoa com deficiência na sociedade. **Portal da Educação**, 2022. Disponível em: <https://blog.portaleducacao.com.br/retrospecto-historico-da-pessoa-com-deficiencia-na-sociedade/>. Acesso em: 20 jul. 2024.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROSALIN, M. C. **Desenho Universal para a Aprendizagem**: contribuições à prática pedagógica. 2022. 55f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional) - Universidade Federal do Paraná, Paranaguá, 2022. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/740353/2/MARILIZ-Produto%20Educativo%20e-book.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2024.

KUBLER-ROSS, E. **Sobre a Morte e o Morrer**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SANTOS, R. A. dos. **Inclusão escolar**: A implementação da política de educação inclusiva no contexto de uma escola pública. 2015. 141f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**. Construindo uma sociedade para todos. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora WVA, 2003.

SASSAKI, R. K. As escolas inclusivas na opinião mundial. **Viver Consciente**, 2004. Disponível em: http://www.viverconsciente.com.br/exibe_artigo.asp?codigo=75&codigo_categoria=13. Acesso em: 20 ago. 2004.

SILVA, I. M de A. da. **A importância dos jogos e brincadeiras como práticas pedagógicas nos anos iniciais do ensino fundamental**. 2021. 46f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Pedagogia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/20558/1/JAS19072021.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2023.

SILVA, Andrialex William da *et al.* Universalização Não Excludente e Individualização Inclusiva: Debates Curriculares em Torno do DUA e do PEI para a Inclusão Escolar. **e-Curriculum**, São Paulo, v. 21, e55830, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/1809-3876.2023v21e55830>. Acesso em: 20 jul. 2024.

SILVA, A. B. B.; GAIATO, M.B.; REVELES, L. T. **Mundo Singular**: entenda o autismo. Rio de Janeiro: Editora Fontanar, 2012.

TINTI, M. C. **Perspectivas para a prática pedagógica**: o portal do professor e a inclusão escolar. 2011. 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

TOMASINI, Maria Elisabete A. Expatriação Social e a Segregação Institucional da Diferença: Reflexões. *In*: Org. BIANCHETTI, Lucídio; FREIRA, Ida Mara. **Um olhar sobre a diferença**: Interação, Trabalho e Cidadania. São Paulo: Papyrus, 1998. p. 111-115.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. Inclusão, exclusão, in/exclusão. **Verve**, Nu-Sol/PUC-SP, n. 20, 2012.

WERNECK, C. **Sociedade inclusiva**. Quem cabe no seu TODOS? 2. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2002.

**APÊNDICE A – PRIMEIRA PARTE DO DOCUMENTO SOBRE A
ANÁLISE GERAL DO ALUNO PARA O DESENVOLVIMENTO DO
PLANEJAMENTO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO**



Carla Lourenço Belem

ELABORAÇÃO DO

PEI

**(Planejamento Educacional
Individualizado)**

Um documento prático que auxilia a análise
de dados, design de recursos,
desenvolvimento, implementação e
avaliação.

Ensino Fundamental

NOME DO ESTUDANTE: _____

FOTO

CONTATOS

Telefones: _____

Email: _____

ANO LETIVO _____ TURNO/ANO _____ TURMA _____

DATA DE NASCIMENTO _____

NOME DOS RESPONSÁVEIS _____

Nomes dos responsáveis e sua atuação na elaboração do PEI
ou PDI





HISTÓRIA DE VIDA DO ESTUDANTE

ANÁLISE – História de vida do estudante

IDENTIFICAÇÃO PESSOAL

Nome completo: _____

Data de nascimento: _____ Sexo: F () M ()

Endereço: _____

Ano/Série: _____ Escolaridade: _____

Telefone _____ E-mail: _____

Possui alguma restrição alimentar? SIM () NÃO ()

Qual/Quais? _____

IDENTIFICAÇÃO DOS PAIS/RESPONSÁVEIS LEGAIS

Nome da mãe: _____

Idade: _____ Profissão: _____

Endereço: _____

Nome do pai: _____

Idade: _____ Profissão: _____

Endereço: _____

Nome do(s) responsável(s) legais: _____

Idade: _____ Profissão: _____

Endereço: _____

INFORMAÇÕES RELEVANTES



ANÁLISE – História de vida do estudante

ANAMNESE Família

É filho (a): Biológico () Adotivo ()

No caso de adoção, a criança tem conhecimento? SIM () NÃO ()

Como foi a reação da criança a respeito desta situação: _____

Em caso de separação, a criança vive com quem? _____

Tem irmãos? SIM () NÃO () Quantos? _____ Qual(is) idade(s): _____

Algum diagnóstico de deficiência? SIM () NÃO ()

Qual diagnóstico/CID? _____

Como é o relacionamento dos familiares em relação ao diagnóstico? _____

Quais são as expectativas em relação ao futuro da criança? _____

Participa ativamente da vida escolar da criança? SIM () NÃO ()

Quais são as expectativas em relação ao atendimento da escola e o aprendizado do aluno? _____

A criança é acompanhada por algum profissional (is) fora da escola? Qual (is)?



ANÁLISE – História de vida do estudante

ANAMNESE Família

A criança tem oportunidades de participar de eventos sociais com amigos e familiares? _____

O que a família costuma fazer em dias de folga? _____

Relate o que mais admira na criança? _____

Relate as maiores dificuldades da criança? _____

O que tem ajudado a família a enfrentar suas dificuldades? _____

Comente sobre as principais qualidades que consegues perceber em sua família? _____

Na gestação, a mãe teve problemas de saúde? SIM () NÃO () Qual (is)? _____

A criança teve problemas de saúde? SIM () NÃO () Qual (is)? _____



ANÁLISE – História de vida do estudante

ANAMNESE Família

Atualmente a criança está sob cuidados médico (s)? Qual (is)? _____

Há alguma restrição quanto a participação das aulas de Educação Física? _____

Faz uso contínuo de medicamento (s)? Qual (is)? _____

Há alguma necessidade específica? Uso de fraldas, aparelho auditivo e etc. _____

Possui PEI ou PDI da escola anterior? _____

Houve avanços no seu desenvolvimento motor? (Motricidade fina e ampla) _____

Houve avanços na área comportamental? _____

Demonstrou avanços no aprendizado das habilidades escolares? _____

É um estudante assíduo? _____

Frequentou a sala de recursos? _____



ANÁLISE – História de vida do estudante

ANAMNESE Família

Possui alguma (s) resistência (s) quanto a mudança de professor(a)? _____

As mudanças de rotina são significativas para a criança? _____

Como foi a adaptação na escola anterior? _____

Houve algumas situações negativas na escola anterior? _____

O que a família relata sobre a trajetória da criança até aqui? _____

Como era o relacionamento do estudante com os colegas da turma? _____

O estudante já está em processo de alfabetização? _____



ANÁLISE – História de vida do estudante

ANAMNESE Família

Em qual hipótese de escrita o estudante encontra-se? Pré-silábica, silábica, silábica-alfabética ou alfabético _____

Como está o desenvolvimento da leitura até o momento? _____

Como está o desenvolvimento da oralidade até o momento? _____

Qual a forma de comunicação utilizada pelo estudante? _____

Como está a autonomia do estudante em relação as atividades escolares? _____

Quais os profissionais que serão fundamentais para auxílio do estudante na sala de aula? _____



ANÁLISE – História de vida do estudante

Sobre o diagnóstico

Família

Informe o diagnóstico e o CID: _____

Qual origem das informações? Pediatra, Psiquiatra, Neurologista, Psicólogo, Fonoaudiólogo e outros profissionais: _____

Ainda não possui diagnóstico, mas há suspeita de? _____

Há recomendação específica de algum profissional? _____

O estudante é acompanhado por algum(s) profissional (is) fora do contexto escolar? Qual(is)? _____

Apresenta algum tipo de alergia? Qual (is)? _____

Apresenta alguma dificuldade na linguagem verbal? _____

Apresenta alguma dificuldade de visão? _____



ANÁLISE – História de vida do estudante

Sobre o diagnóstico

Família

Apresenta alguma dificuldade auditiva?: _____

Qual foi a reação dos pais ao receberem o diagnóstico? _____

Qual o conhecimento que o estudante tem sobre o seu diagnóstico? _____



ANÁLISE – Área pedagógica do estudante

Habilidades Funcionais

Equipe escolar

Utiliza fralda? _____

Utiliza o vaso sanitário? _____

Faz a higiene com autonomia após usar o vaso sanitário? _____

Escova os dentes sem auxílio? _____

Bebe água sem auxílio? _____

Abre a mochila, estojo e lancheira sem auxílio? _____

Se alimenta sem auxílio? _____

Se veste sem auxílio? _____

Amarra os cadarços? _____

Guarda seus pertences sozinho? _____

Consegue coordenar os movimentos óculo-manual? _____

Consegue imitar ações com objetos? _____

Consegue imitar os movimentos motores amplos? _____

Consegue imitar os movimentos motores finos? _____

Consegue fazer e manter contato visual? _____

Faz rastreio visual? _____

Consegue ficar na fila? _____

Consegue aguardar? _____

Consegue seguir a rotina escolar? _____

Consegue dar sentido para brincadeiras? _____

Aspectos Comportamentais

- Indisciplina excessiva
- Consegue seguir as regras
- Autoagressividade
- Automutilação
- Timidez ou tom de voz baixo
- Gagueira
- Comunicação por gestos, sons, movimentos verbais ou motores
- Autoagressividade



ANÁLISE – Área pedagógica do estudante

Aspectos Comportamentais

Equipe escolar

- Responde imediatamente ao estímulo apresentado
- Realiza a atividade proposta e conversa ao mesmo tempo
- Fica concentrado na atividade e ignora os demais estímulos
- Dificuldade em controlar os comportamentos disruptivos
- Dificuldade na organização do seu material e demais aspectos
- Coloca-se em situação de perigo
- Apresenta comportamento desafiador
- Dispersa-se com facilidade
- Apresenta apatia
- Apresenta ecolalia imediata ou tardia
- Expressa-se muito rápido
- Expressa-se de forma clara
- Apresenta lentidão na fala
- Recusa-se a realizar as atividades no geral
- Compreende dicas simples
- Compreende dicas verbais complexas
- Possui consciência corporal
- Consegue lembrar de fatos ocorridos anteriormente
- Dificuldade de compreender o que é dito
- Prefere brincar de forma isolada
- Não demonstra interesse pelas pessoas
- Baixa tolerância a frustração



ANÁLISE – Área pedagógica do estudante

Aspectos Sociais

Equipe escolar

- Consegue fazer amigos com facilidade? Sim Não
- Possui contato com os colegas fora da escola? Sim Não
- Consegue adaptar-se a novos grupos de trabalho? Sim Não
- Ajuda os colegas quando necessário? Sim Não
- Aceita ajuda dos colegas? Sim Não
- Consegue estabelecer contato visual? Sim Não
- Fica isolado nos outros ambientes da escola? Sim Não

Linguagem e comunicação

- Utiliza a linguagem de forma funcional? Sim Não
- Relata com coerência fatos do cotidiano? Sim Não
- Comunica-se verbalmente? Sim Não
- Inicia diálogos de forma espontânea? Sim Não
- Apresenta estrutura organizada da linguagem? Sim Não
- Transmite recados quando solicitado? Sim Não
- Comunica-se de forma expressiva? Sim Não
- Faz repetições de falas das outras pessoas? Sim Não
- Responde de forma compreensiva as perguntas? Sim Não
- Utiliza gestos ou algum sistema de comunicação alternativa? Sim Não
- Apresenta vocabulário restrito? Sim Não



ANÁLISE – Área pedagógica do estudante

Coordenação Psicomotora

Equipe escolar

- Apresenta dificuldade na escrita? Sim Não
- Aperta em demasia o lápis ao escrever? Sim Não
- Possui força para fazer a escrita com o lápis? Sim Não
- Possui a letra legível? Sim Não
- Troca letras na escrita e na leitura? Sim Não
- Apresenta letras espelhadas? Sim Não
- Apresenta excessiva lentidão ao escrever? Sim Não
- Faz cópias de palavras? Sim Não
- Necessita de algum tipo de adaptação ao escrever? Sim Não
- Domina o movimento de segurar o lápis, pincel, giz de cera, tesoura etc.?
Sim Não
- Nomeia e utiliza cores de forma contextualizada? Sim Não
- Amassa e rasga papeis? Sim Não
- Realiza dobraduras simples? Sim Não
- Reproduz traço vertical? Sim Não
- Reproduz traço horizontal? Sim Não
- Empilha objetos? Sim Não
- Consegue colocar contas pequenas num fio? Sim Não
- Abre e fecha potes com rosca? Sim Não



ANÁLISE – Auto cuidado

Corpo e Auto Imagem

Equipe escolar

- Reconhece a si mesmo em fotografias? Sim Não
- Reconhece e indica as partes do corpo ? Sim Não
- Entende as funções das partes do corpo? Sim Não
- Desenha a figura humana com detalhes? Sim Não
- Possui consciência do seu corpo em um ambiente? Sim Não
- Reconhece direita e esquerdo no seu corpo? Sim Não
- Reconhece direita e esquerda no outro? Sim Não
- Demonstra noções de em cima e embaixo? Sim Não
- Compreende as diferentes velocidades e trajetórias: lento, rápido, curva, dentro e fora?
Sim Não

Percepção Visual e Auditiva

- Reconhece e diferencia as vozes das pessoas? Sim Não
- Discrimina sons produzidos pelo seu próprio corpo? Sim Não
- Percebe sons da natureza e do ambiente? Sim Não
- Consegue localizar de onde está vindo um som? Sim Não
- Percebe a altura e frequência de um som? Sim Não
- Fica incomodado com barulhos? Sim Não
- Fica incomodado com barulhos mais baixos? Sim Não
- Reproduz canções? Sim Não
- Possui memória auditiva a curto prazo? Sim Não
- Possui memória auditiva a longo prazo? Sim Não
- Utiliza algum objeto para auxiliar a visão? Sim Não
- Aproxima os materiais perto dos olhos para conseguir enxergar? Sim Não
- Fecha os olhos em situações de luz muito clara? Sim Não
- Consegue manter contato visual? Sim Não



ANÁLISE – Aspectos pessoais

Autonomia Pessoal Equipe escolar

- Identifica suas peças de roupas? Sim Não
- Reconhece suas roupas? Sim Não
- Escolhe suas roupas? Sim Não
- Sabe colocar e tirar suas roupas com autonomia? Sim Não
- Consegue calçar meias e sapatos com autonomia? Sim Não
- Consegue dar nó, laços, abotoar/desabotoar, abrir/fechar zíper? Sim Não

Autonomia Escolar

- Realiza as atividades escolares com autonomia? Sim Não
- Demonstra interesse pelas atividades escolares? Sim Não
- Consegue iniciar e finalizar as tarefas propostas? Sim Não
- Tem atenção no momento da realização das atividades? Sim Não
- Dispersa-se com facilidade? Sim Não
- Necessita de apoio parcial para a realização das tarefas? Sim Não
- Necessita de apoio total para a realização das tarefas? Sim Não
- Chama atenção dos colegas durante a realização das atividades? Sim Não



DESIGN – Recursos e ferramentas pedagógicas

Equipe escolar

Marque as adaptações que serão necessárias para o estudante:

- Engrossadores de lápis
- Tesoura adaptada com mola
- Plano inclinado
- Materiais específicos para aluno de baixa visão quais: _____

- Materiais específicos de Comunicação Alternativa: _____

- Fixadores específicos para os materiais escolares quais: _____

- Fixadores específicos para os materiais escolares quais: _____



DESIGN – Recursos e ferramentas pedagógicas

Equipe escolar

- Sentar-se na frente do professor (a)
- Utilizar recursos visuais para rotina e outros, quais? _____

- Modificações do espaço físico na sala de aula e outros espaços, quais?

- Letras móveis
- Números móveis
- Sílabas móveis
- Materiais de contagem
- Ábaco
- Alfabeto
- Números impressos em folha adesiva
- Letras impressas em folha adesiva
- Massinha de modelar
- Folhas pautadas
- Quadro magnético
- Letras e números imantados
- Marcadores de tempo: ampulheta, cronômetro e etc.
- Marcadores de textos
- Materiais para fixação: durex, clips, cola bastão e etc.



**APÊNDICE B – SEGUNDA PARTE DO DOCUMENTO SOBRE A
ANÁLISE GERAL DO ALUNO PARA O DESENVOLVIMENTO DO
PLANEJAMENTO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO (ESTA PARTE
DEVERÁ SER ENTREGUE À EQUIPE DE TRABALHO DO ALUNO E
PARA A FAMÍLIA)**

PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO	
Nome do estudante: _____	
CID: _____ Idade: _____ Ano: _____	
Componente curricular: _____	
Data da elaboração: _____	
Responsável pela elaboração: _____	
Histórico acadêmico do aluno: aspectos comportamentais	
HABILIDADES	FRAGILIDADES
FLEXIBILIZAÇÕES OU ADEQUAÇÕES CURRICULARES	
CONTEÚDOS	ADEQUAÇÕES

METODOLOGIA	ADEQUAÇÕES
AVALIAÇÕES	ADEQUAÇÕES
OBSERVAÇÕES	
ASSINATURAS	